

DEMOCRACIA OU POPULISMO:

TENDÊNCIAS PARA ASSUNTOS
PÚBLICOS 2023

Fevereiro de 2023



- Pag. 3 **APRESENTAÇÃO**
- Pag. 4 **MAIS TECNOLOGIA, MAIS MENSURÁVEL, MAIS TÉCNICA, MAIS GUERRILHEIRA: AS 6 TENDÊNCIAS GLOBAIS DE LOBBYING EM 2023**
01 Integração da inteligência artificial nos processos de lobby
02 *Lobbying* orientado por dados (*data-driven lobbying*)
03 Transparência e regulamentação
04 Medição
05 Regulamentação melhor e mais inteligente (*Better & Smart Regulation*)
06 *Lobbying* de guerrilha
- Pag. 12 **EXPECTATIVAS DE ASSUNTOS PÚBLICOS NA REGIÃO DA EUROPA**
Contexto europeu, o "permacrisis"
Espanha 2023, um ano super-eleitoral
De menos para mais, a economia espanhola em 2023
Em um ano imprevisível e inesperado, o diálogo é a chave em Portugal
- Pag. 21 **EXPECTATIVAS DE ASSUNTOS PÚBLICOS NA REGIÃO SUL**
Incerteza, eleições e novos desafios na Argentina
Expectativas para o desenvolvimento do Brasil em 2023
Chile 2023, o ano do plebiscito
- Pag. 27 **EXPECTATIVAS DE ASSUNTOS PÚBLICOS NA REGIÃO ANDEAN**
2023, ano para consolidar o governo de mudança do Gustavo Petro na Colômbia
Equador 2023, governança em jogo no referendo
As perspectivas do Peru em 2023, o caminho necessário para sair do conflito
- Pag. 33 **EXPECTATIVAS DE ASSUNTOS PÚBLICOS NA REGIÃO NORTE**
2023, eleições de final de mandato no México
República Dominicana, sólida recuperação econômica pós-COVID
Um Panamá desigual, mais tensões sociais, tendências para 2023
Tendências de Assuntos Públicos na América Central
Os EUA rumo à Pré-Campanha Presidencial de 2024

APRESENTAÇÃO

Lobbying e assuntos públicos sempre foram ferramentas para conduzir e mudar a política pública de um país. Grupos de interesse fazem lobby para influenciar, de fora do aparato político, as políticas públicas promovidas pelos poderes executivo e legislativo de um Estado. Esta atividade, entendida como aquele "ato legítimo de participação pública" referido pela OCDE, está se tornando não apenas mais um, mas o principal agente transformador da política pública e regulatória de um país. O fato de a transformação política ser em grande parte impulsionada pelo setor privado (empresas, associações e sociedade civil organizada em geral) está deixando de ser uma atividade na sombra e se tornando uma forma complementar à participação política clássica das sociedades pluralistas.

Neste relatório, a Dra. Carmen Muñoz, Diretora Sênior de Assuntos Públicos da Espanha, se aventura nas principais tendências desta prática, com uma visão tecnológica e avançada, e ela o faz não sozinha, mas em associação com o ChatGPT. Continuamos com breves mas interessantes análises de 2023, focalizando os desafios políticos e econômicos das regiões e países onde as equipes de Relações Públicas da LLYC operam. Como consultores

que servem os interesses legítimos de nossos clientes, também estamos comprometidos com o crescimento, criação de empregos e riqueza, estabilidade e melhoria da democracia nos países onde operamos.

Entre crises econômicas, sanitárias e humanitárias, a tensão entre populismo e democracia já é a principal constante do primeiro quarto do século 21. Nestas páginas queremos oferecer nosso compromisso com o papel econômico e social das empresas, com o crescimento econômico equilibrado, sustentável e inclusivo, que é a melhor receita para consolidar nossa coexistência e nossa democracia.

JOAN NAVARRO

Sócio e Vice Presidente de Assuntos Públicos na LLYC

MAIS TECNOLOGIA, MAIS MENSURÁVEL, MAIS TÉCNICA, MAIS GUERRILHEIRA: AS 6 TENDÊNCIAS GLOBAIS DE LOBBYING EM 2023

O *lobbying* sempre foi uma ferramenta para promover e mudar a política pública de um país. Grupos de interesse faziam *lobbying* para influenciar, de fora do aparato político, políticas públicas que eram impulsionadas principalmente pelo aparato político e legislativo de um Estado. Uma das principais mudanças que temos observado é que o *lobbying*, entendido como aquele "ato legítimo de participação pública" referido pela OCDE, está se tornando não apenas mais um, mas o principal agente transformador da política pública e regulamentar em um país. O fato de a transformação das políticas públicas ser, em grande parte, impulsionada pelo setor privado (empresas, associações e a sociedade civil organizada em geral) está deixando de ser um oxímoro (ou uma história de conspiração) para se tornar uma alternativa realista para as sociedades que exigem uma aceleração na definição de novas estruturas e novas regras setoriais.

No [relatório de tendências](#) para de 2022 falamos sobre o impacto da tecnologia nos processos de diagnóstico e visualização de dados e também nos canais de relacionamento estabelecidos (videoconferências e uso de aplicativos de mensagens instantâneas). Conversamos sobre o papel da empresa como idealizador por meio do investimento em conhecimento e material informativo, para facilitar o entendimento de ambientes complexos ou novas realidades.

Insistimos que a classe política enfrenta o desafio de regular, não apenas modelos evolutivos de sociedade, mas modelos revolucionários, novas realidades, algumas inesperadas, que mudam perguntas e respostas e nos obrigam a trabalhar a partir de novos paradigmas. Vimos como a tecnologia foi responsável por essa situação, não apenas devido ao surgimento abrupto de novos setores ou operadores econômicos, mas também devido ao impacto nos tradicionais. Observamos que as respostas do século XX, mesmo do final do século XX, já não eram úteis, nem grande parte da arquitetura institucional que construímos após a Segunda Guerra Mundial, a começar pelas instituições de Bretton Woods. O corpus teórico que nos acompanhou até os primeiros anos do século XXI está se tornando obsoleto, do ponto de vista das grandes políticas públicas, mas também, e sobretudo, do ponto de vista administrativo e burocrático.

Também vimos como as empresas começaram a investir cada vez mais na geração de impacto positivo por meio de iniciativas como responsabilidade política corporativa ou *Lobbying for Good*. Observamos que o papel das associações e sindicatos estava mudando, porque é necessária maior agilidade para estabelecer consensos, e as associações enfrentam o desafio, não tão óbvio ou naturalmente conciliável, de permanecer representativas e

relevantes ao mesmo tempo. E, por último, vimos o crescente interesse em geopolítica e diplomacia governada a partir do ambiente empresarial, à medida que a utopia globalizante (ou melhor, universalista) perde alguma força. Veremos como o caminho será percorrido, também para as empresas, desde a luta pela competitividade regional à defesa dos valores e de um modelo social que a invasão da Ucrânia por Putin e a política de blocos ameaçam quebrar (novamente).

Todas essas tendências se consolidaram em três direções principais:

TECNOLOGIA

1. Por meio da integração de inteligência artificial
 - Para alcançar eficiência e automação de tarefas
2. Por meio da engenharia de dados (*lobbying* com base em dados)
 - Para alcançar maior possibilidade de diagnóstico
 - Para antecipar as tendências

RESPONSABILIZAÇÃO

1. Por meio de uma maior transparência através da regulamentação
2. Por meio da medição do impacto nos negócios e reputação da atividade

COMPETITIVIDADE E DIFERENCIAÇÃO

1. Por meio de uma regulamentação melhor e inteligente
2. Por meio de *lobbying* de campanhas

Para responder a cada uma dessas tendências, será utilizada a ferramenta mais popular neste início de 2023, o ChatGPT. Tão popular que o excesso de usuários concentrados ao mesmo tempo stressou a ferramenta em alguns momentos durante a elaboração deste artigo, como se fosse um dia ruim para um consultor. Veremos se será possível construir, em conjunto, o desenvolvimento de todos os *itens* acima.

CARMEN MUÑOZ
PhD e Diretora Sênior de Assuntos Públicos na LLYC Madrid

“Uma das principais mudanças que temos observado é que o lobbying, entendido como aquele "ato legítimo de participação pública" referido pela OCDE, está se tornando não apenas mais um, mas o principal agente transformador da política pública e regulamentar em um país”

INTEGRAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM PROCESSOS

RESPOSTA CHATGPT:

A tecnologia revolucionou a maneira como o *lobbying* é realizado. Automatização de tarefas, otimização de processos e maior eficiência no gerenciamento da informação são alguns dos aspectos que a tecnologia tem afetado significativamente no mundo do *lobbying*.

Antes, as informações eram coletadas e gerenciadas manualmente, o que exigia muito tempo e esforço. Hoje, estão disponíveis ferramentas

tecnológicas para coletar e analisar dados em tempo real, o que facilita a tomada de decisões informadas.

A automação de tarefas repetitivas, como marcação de reuniões e gerenciamento de e-mails, liberou tempo para os lobistas se concentrarem em tarefas mais estratégicas. Além disso, a tecnologia aprimorou a capacidade de monitorar e acompanhar as políticas públicas, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz às mudanças.

Resumindo, a tecnologia tem afetado positivamente a eficiência e a automatização de tarefas no mundo do *lobbying*. Permitiu um gerenciamento mais eficaz da informação, liberou tempo para que os profissionais possam se dedicar a tarefas mais estratégicas

e melhorou a capacidade de monitorar e acompanhar as políticas públicas¹.

Embora, claramente, o ChatGPT não queira prejudicar com as respostas que oferece, a realidade é que este ano as equipes de Assuntos Públicos introduzirão no cotidiano ferramentas como esta, que realizam tarefas simples e repetitivas (e outras nem tanto). Embora haja espaço para melhorias (é claro!), a velocidade de aprendizagem e aprimoramento dessas ferramentas é vertiginosa. Um artigo da [Universidade de Stanford](#) relata alguns dos testes realizados e o ano apenas começou. O fundamental agora é participar ativamente em tentativas e erros e desenvolver protocolos que ajudem a definir uma estrutura ética e honesta.

¹As respostas do ChatGPT estão exibidas em uma caixa. Cada caixa tem a resposta do ChatGPT a uma pergunta formulada de acordo com o título que precede cada uma das tendências identificadas pela equipe LLYC para este ano.



“O *lobbying* orientado por dados utiliza dados e pesquisas para identificar os principais tomadores de decisão, compreender suas prioridades e desenvolver estratégias de *lobbying* direcionadas com maior probabilidade de serem eficazes”

LOBBYING ORIENTADO POR DADOS (DATA-DRIVEN LOBBYING)

RESPOSTA CHATGPT:

Lobby com base em dados (*data-driven lobbying*) se refere ao uso de análise de dados e informações para informar e orientar os esforços de *lobbying*. Essa abordagem utiliza dados e pesquisas para identificar os principais tomadores de decisão, compreender suas prioridades e preocupações e desenvolver estratégias de *lobbying* direcionadas com maior probabilidade de serem eficazes. O objetivo desse tipo de *lobbying* é melhorar as chances de alcançar um resultado desejado, com base em dados e evidências para informar e apoiar os esforços de *lobbying*.

Bem... O trabalho híbrido de analistas de inteligência e analistas de dados no campo do *lobbying* busca melhorar a qualidade e o potencial dos diagnósticos, permitindo, por meio do gerenciamento de grandes volumes de dados, tomar decisões além da intuição. Hoje, a engenharia de dados permite compreender melhor como as decisões são tomadas e como as agendas sociais, midiática e política estão conectadas. O grande desafio de 2023 é olhar em frente e antecipar o estágio inicial das principais tendências políticas e regulamentares.

TRANSPARÊN- CIA E REGULA- MENTAÇÃO

RESPOSTA CHATGPT:

A transparência e a regulamentação do *lobbying* são temas importantes na democracia atual. *Lobbies* são grupos de pressão que buscam influenciar decisões políticas em favor de seus interesses. Embora esses grupos tenham um papel importante na representação das exigências de alguns setores, é necessário garantir que a sua atuação seja clara e aberta para evitar conflitos de interesse e corrupção.

A transparência no *lobbying* inclui a obrigação de registrar e declarar

os objetivos, financiamento e ações perante um órgão regulador. Além disso, é importante que os lobbies sejam transparentes em suas relações com políticos e funcionários públicos e que estes também declarem seus vínculos com esses grupos.

A regulamentação do *lobbying* é essencial para garantir que sua atuação seja legítima e que não surjam conflitos de interesse. Essa regulamentação inclui a imposição de limites à atuação dos *lobbies*, como a proibição de fazer propostas ou oferecer presentes a políticos, e a obrigação de agir de forma ética e transparente.

Em conclusão, a transparência e a regulamentação do *lobbying* são essenciais para garantir uma

democracia saudável e sem corrupção. É importante que esses grupos tenham um papel legítimo de representação de interesses, mas sempre de forma clara, aberta e regulamentada.

A sua "Conclusão" é a melhor... A verdade é que, além das necessidades mencionadas (registo de grupos de interesse, publicação da agenda dos altos funcionários, código de conduta, regime de sanções, etc.), há o desafio de incorporar o *lobbying* indireto em regulamentações futuras, sem reduzir a eficácia, algo que já vimos em algumas minutas, como o projeto de lei sobre transparência e integridade nas atividades de grupos de interesse, anunciado pelo governo espanhol para 2023 e no qual já estávamos trabalhando no final de 2022.

"A transparência e a regulamentação do *lobbying* são essenciais para garantir uma democracia saudável e sem corrupção"



MEDIÇÃO

RESPOSTA CHATGPT:

Medir o impacto do *lobbying* é essencial para avaliar a eficácia das estratégias e ações realizadas por grupos de interesse e organizações para influenciar a tomada de decisões políticas e governamentais. Essa medição permite conhecer o nível de cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos e, conseqüentemente, ajustar ou melhorar as estratégias e ações futuras.

Além disso, medir o impacto do *lobbying* contribui para a transparência e a responsabilização. Ao conhecer os resultados e o impacto das ações de *lobbying*, a sociedade pode avaliar se estão alinhadas com seus valores e prioridades.

Também é importante observar que medir o impacto do *lobbying* permite comparar o desempenho de diferentes grupos de interesse e organizações, o que contribui para uma concorrência justa e melhoria contínua da eficácia do *lobbying*.

Em resumo, medir o impacto do *lobbying* é um componente fundamental para garantir que as estratégias e ações de *lobbying* sejam eficazes, transparentes e

responsáveis. Sem isso, fica difícil saber o real impacto dessas ações e tomar decisões informadas no futuro.

A atividade de relações públicas afeta os negócios e a reputação das empresas. Definir o modelo desse impacto é outro desafio de uma atividade que passou os últimos 15 anos se profissionalizando e apenas poderá mudar para o "Olimpo" das áreas estratégicas e dos conselhos de administração se conseguir realizar a automedição.

“Medir o impacto do *lobbying* é um componente fundamental para garantir que as estratégias e ações de *lobbying* sejam eficazes, transparentes e responsáveis”

04

REGULAMEN- TAÇÃO MELHOR E MAIS INTELIGENTE

RESPOSTA CHATGPT:

Os grupos de interesse podem alimentar um sistema baseado em regulamentação inteligente e melhor, das seguintes maneiras:

- Fornecimento de informações: Os grupos de interesse podem fornecer informações e perspectivas valiosas aos formuladores de políticas e reguladores sobre o impacto dos regulamentos no mundo real. Essas informações podem contribuir para o desenvolvimento de regulamentos mais inteligentes e eficazes.

- Promoção do diálogo: Os grupos de interesse podem promover um diálogo aberto entre formuladores de políticas, reguladores e partes interessadas. Isso pode proporcionar um melhor entendimento das necessidades e preocupações de diferentes grupos e ajudar a criar um consenso sobre a regulamentação.

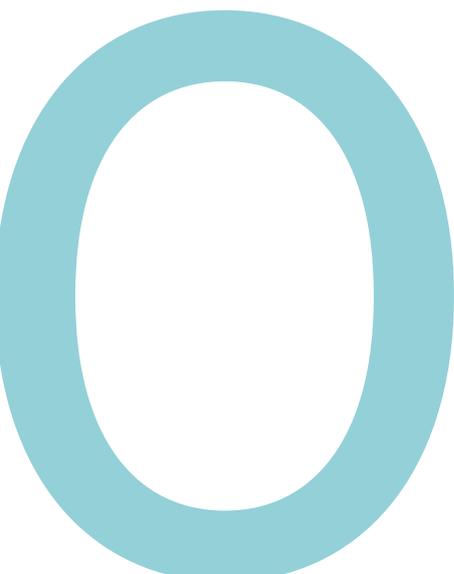
- Impulsionar a inovação: Os grupos de interesse podem ajudar a impulsionar a inovação

e o progresso ao destacar a necessidade de novas soluções e tecnologias. Isso pode levar ao desenvolvimento de regulamentos mais inteligentes e eficazes que respondam melhor às necessidades da sociedade.

Entretanto, é importante garantir que as atividades de *lobbying* sejam transparentes e sem conflitos de interesse. Isso pode ser alcançado por meio da aplicação de normas eficientes de ética e transparência e do estabelecimento de mecanismos de supervisão adequados. Isso pode ajudar a garantir que as atividades de *lobbying* contribuam para o desenvolvimento de uma regulamentação inteligente e eficaz, em vez de subvertê-la.

Além disso, não é a questão do impacto da atividade de *lobbying*

nos negócios e na reputação de uma organização, mas sim o fato de que a própria regulamentação (sua qualidade e complexidade) é que afeta o **ecossistema de negócios** de um país. O economista Juan S. Mora-Sanguinetti publicou recentemente um artigo na Revista de las Cortes Generales no qual afirma que "a regulamentação é aprovada precisamente para ajudar os cidadãos e as empresas a mitigar suas incertezas e reduzir seus custos de transação. A regulamentação compensaria a possível falta de informação do mercado." -- e, continua, "regulamentos mal-elaborados poderiam gerar mais custos de transação para cidadãos e empresas, em vez de reduzi-los". Trabalhar para alcançar um *lobbying* tecnicamente mais sofisticado e dinâmico, capaz de descomplicar a norma, também faz parte das tarefas que teremos de enfrentar nos próximos anos.



LOBBYING DE GUERRILHA

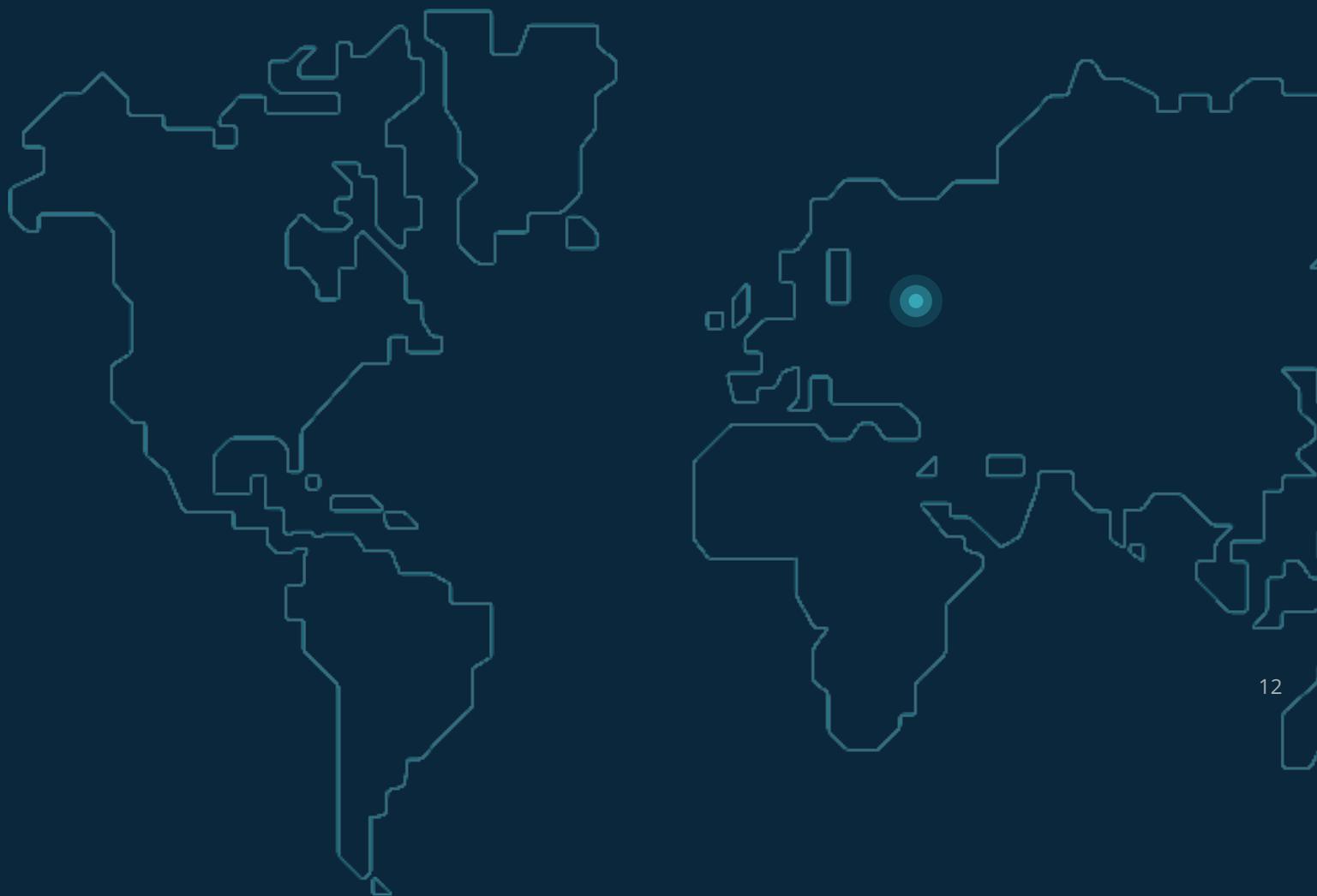
RESPOSTA CHATGPT:

O termo "*lobbying* de guerrilha" se refere a táticas não convencionais de influência e defesa política. Essas táticas geralmente envolvem o uso de métodos criativos e surpreendentes para chamar a atenção para um problema ou afetar a opinião pública ou a tomada de decisões políticas. Em geral, o objetivo desse tipo de *lobbying* é gerar uma reação ou mudança de opinião rapidamente.

Além de tudo isso, há mais um *lobbying* de campanha (ou de guerrilha) que incorpora marketing, comunicação e/ou publicidade para ganhar poder de fogo, orientado a resultados de curto prazo. Nesses processos, o trabalho de *política comportamental* também entra em jogo, especialmente nas organizações B2C, que procuram alcançar eficiência por meio da influência em comportamentos e decisões através de técnicas comportamentais que facilitam o consentimento e o cumprimento de uma norma. A rotulagem de alimentos avança nessa direção.

“Trabalhar para alcançar um *lobbying* tecnicamente mais sofisticado e dinâmico, capaz de descomplicar a norma, também faz parte das tarefas que teremos de enfrentar nos próximos anos”





EXPECTATIVAS DE ASSUNTOS PÚBLICOS NA REGIÃO DA EUROPA



CONTEXTO EUROPEU, O "PERMACRISIS"

Vários analistas concordaram com o termo "permacrisis" como a palavra que melhor define 2022. Tudo indica que esse "longo período de instabilidade e insegurança" marcará novamente o ano de 2023.

Bruxelas, ou seja, a União Europeia, desempenhará um papel de liderança no gerenciamento dessas diversas crises, desde o impacto geopolítico, econômico e social da guerra na Ucrânia à necessidade urgente de acelerar a transição energética (mantendo a segurança do abastecimento) ou a definição de uma estratégia de posicionamento competitivo

que favoreça o desenvolvimento industrial europeu. Na UE, a Espanha desempenhará um papel influente neste contexto de incerteza ao exercer a Presidência do Conselho da UE ao longo do segundo semestre de 2023.

Em paralelo e, inevitavelmente, o clima europeu deste ano será em grande parte definido por um sentimento de fim de ciclo, marcado pelas eleições para o Parlamento Europeu na primavera de 2024. Em linha com uma tendência antiga, as principais famílias políticas que têm impulsionado o projeto europeu (Democratas Cristãos, Sociais-Democratas e Liberais) continuarão a ver o seu apoio social desgastado, com as projeções indicando uma fraca maioria de 55% dos assentos (em comparação aos 60%

atuais). Apesar do comunicado de reformas imediatas, o golpe na credibilidade das instituições causado pelo chamado *Qatargate* ("destruiu 20 anos de confiança no Parlamento", afirmou o presidente há poucos dias) não facilitará o envolvimento ativo dos cidadãos nas urnas.

Portanto, é previsível que o Parlamento resultante venha a dificultar ainda mais o exercício do consenso no âmbito europeu. Esta não é uma boa notícia em um contexto no qual, apesar da surpreendente unidade que a UE tem demonstrado desde 2020, será cada vez mais necessário enfrentar possíveis divergências internas a fim de tomar decisões de importância estratégica. Embora o temido "inverno do descontentamento" não tenha ocorrido, o risco de fadiga e de vozes dissidentes é real.

A atitude em relação à China ou o escopo da resposta à Lei de Redução da Inflação dos EUA são exemplos dos desafios que a UE enfrenta para definir e projetar um discurso próprio mais claro e firme. Quatro anos depois de von der Leyen anunciar a chegada de uma "Comissão Geopolítica", é claro que o caminho ainda está pela frente.

O fechamento do ciclo implica a aceleração dos dossiês legislativos relevantes. São dignos de destaque a vertente digital (com os futuros regulamentos de chips, IA e dados como os projetos mais destacados), o setor energético (com um impulso para reformar o modelo de preços atual) ou o setor de comunicações (com a regulamentação da mídia ou de atividades ilegais *online* que poderá gerar um importante debate sobre os limites da privacidade e o direito à informação). Será neste exercício de definição de agenda e priorização que a Presidência espanhola do Conselho desempenhará um papel fundamental, promovendo as iniciativas que mais se alinham à sua própria agenda.

De qualquer forma, o principal debate na Europa durante 2023, com implicações muito relevantes para grande parte do âmbito empresarial, será em torno de qual deve ser a resposta europeia aos planos de apoio ao setor que outras regiões (especialmente os Estados Unidos, mas também o Japão ou a própria China) implementaram recentemente. Não é um debate menos importante: o que está em jogo é a própria liderança tecnológica das transições ecológica e digital. O comunicado de um *Green Deal Industrial Plan* pela Comissão há alguns dias precisará ser concretizado ao longo dos próximos meses. Além de medidas legislativas muito importantes, como o futuro regulamento sobre matérias-primas essenciais e um possível relaxamento do regime de auxílios estatais, a proposta da Comissão também inclui a criação de um novo fundo soberano para ampliar as possibilidades financeiras dos Estados-Membros com menor margem de manobra fiscal. As diferenças significativas entre os Estados em relação à própria existência desse fundo, seu

horizonte temporal e o mecanismo de financiamento anunciam uma negociação verdadeiramente complexa.

Em última análise, a preocupação que está no centro de todos esses movimentos é como fornecer à União os recursos financeiros necessários para realizar os investimentos em tecnologias ecológicas e digitais que a Europa precisa no novo contexto, e que incluem incentivos à indústria e à inovação *made in Europe*. Apesar do aumento orçamentário, o Quadro Financeiro Plurianual (MFF) não oferece a flexibilidade e o escopo necessários. Instrumentos como *Next Generation EU* marcam o caminho para o futuro da União, que deve se comprometer com investimentos estratégicos comuns para enfrentar, com força financeira e alinhamento de objetivos, a sucessão de crises que temos enfrentado. Para isso, a Europa enfrenta um novo desafio estrutural: superar as divisões entre Norte e Sul e investir agressivamente em um posicionamento geopolítico e geoeconômico que lhe permita competir, e não apenas sobreviver, em um contexto de transformação acelerada.

14

PALOMA BAENA OLABE
Diretora Sênior de Assuntos
Europeus e Próxima Geração da
UE na LLYC Madrid

“Instrumentos como *Next Generation EU* marcam o caminho para o futuro da União, que deve se comprometer com investimentos estratégicos comuns para enfrentar, com força financeira e alinhamento de objetivos, a sucessão de crises que temos enfrentado”



ESPAÑA 2023, UM SUPER ANO ELEITORAL

Na Espanha, 2023 é um ano fundamental. Um ano enquadrado em uma grande campanha, já que as eleições municipais e regionais de maio e as eleições gerais do final do ano praticamente coincidem -- além dos seis meses da presidência do Conselho da UE, de julho a dezembro de 2023.

Assim, esses três importantes marcos condicionarão a dinâmica política do ano como um todo, considerando que os resultados eleitorais em todos os níveis de tomada de decisão, local, regional e nacional, provocarão mudanças no governo e, com

elas, mudanças nas estratégias e prioridades de gestão das diferentes administrações.

É necessário lembrar que, em 28 de maio, 13 das comunidades autônomas realizarão eleições e algumas delas poderão sofrer mudanças na cor política de seus governos ou variações nos pactos e coalizões atuais. Além disso, são eleitos prefeitos e prefeitas em 8131 municípios, o que levará a mudanças na administração mais próxima do povo, além de condicionar a composição de delegações, divisões e conselhos distritais.

E não podemos perder de vista que 28 de maio será o primeiro turno das eleições nacionais, já que as mudanças em algumas das comunidades governadas atualmente pela esquerda, como indicam as pesquisas, podem

provocar uma onda que fará com que os eleitores optem pela mudança em âmbito nacional ou condicionar a data das eleições gerais.

Também é necessário considerar o papel dos pactos e acordos que provavelmente serão exigidos, tanto à direita quanto à esquerda das negociações. As maiorias absolutas que o PSOE ou o PP conquistaram durante anos estão muito distantes. Desta forma, não apenas em âmbito nacional, mas em muitas das Comunidades Autônomas, a formação de governos pode depender de complicados acordos entre diferentes forças políticas. Portanto, é um desafio para os principais partidos acertar os pactos eleitorais, pois aqueles feitos em âmbito local ou regional podem, eventualmente, condicionar os pactos em âmbito

Esses possíveis pactos dependerão, por um lado, de como as forças políticas à esquerda do PSOE se alinham e, por outro, do papel decisivo da VOX na governabilidade do PP em algumas regiões.

Em tempos recentes, tem ocorrido uma reorganização das forças políticas à esquerda do PSOE, com a configuração de pactos regionais, como o Acordo de Tura, ou as alianças entre Podemos e Izquierda Unida. Este clima de acordo e diálogo entre as forças à esquerda do PSOE parece ser a condição necessária para o eventual sucesso de uma frente única de esquerda, que é claramente a intenção de Sumar.

A união desses partidos em uma única candidatura facilitaria para Sánchez o restabelecimento de um governo progressista, enquanto a fragmentação dificultaria a obtenção de uma maioria.

Também se buscam alianças do outro lado do cenário. O PP ainda está no processo de integração do Ciudadanos, enquanto os bons resultados previstos pela maioria

das pesquisas sugerem que, para governar, serão necessários pactos com o VOX.

Em meio a esta estrutura eleitoral, a presidência da Espanha no Conselho da UE ocorre em um momento fundamental para o governo atual, que está imerso em plena campanha eleitoral. É por isso que o governo tentará aproveitar esta oportunidade para melhorar sua imagem externa, mas também a imagem interna. A agenda proposta pela Espanha ao longo desses seis meses, e as ações realizadas, terão como objetivo melhorar a imagem pública do governo, especialmente a do primeiro-ministro, candidato à reeleição.

Tudo isso é condicionado pela conjuntura econômica dos próximos meses e pelos atritos que estão ocorrendo no governo de coalizão devido a leis como "Sólo Sí es Sí", a "Ley Trans", a "Ley de Vivienda" ou a "Ley de Protección Animal", entre outras.

Um ano fundamental, no qual o futuro da Espanha para os próximos quatro anos está em jogo.

“A dinâmica política da Espanha em 2023 será marcada pelas Eleições Municipais e Autônomas Regionais, as Eleições Gerais no final do ano e os seis meses da presidência europeia”

SUSANA CAMARERO
Diretora Sênior de Contexto
Político Europeu da LLYC Madrid



DE MENOS PARA MAIS, A ECONOMIA ESPANHOLA EM 2023

A desvalorização salarial surge, mais uma vez, como método de saída das crises resultantes da pandemia (rescaldo internacional) e da guerra de Putin na Ucrânia. Feita da maneira tradicional, através da inflação, a perda do poder de compra dos salários já demonstra dois impactos claros na Espanha: queda no consumo doméstico e, portanto, no crescimento do PIB, bem como um aumento da desigualdade social que já se reflete nos dados da renda nacional. Muitas pessoas estão ficando para trás,

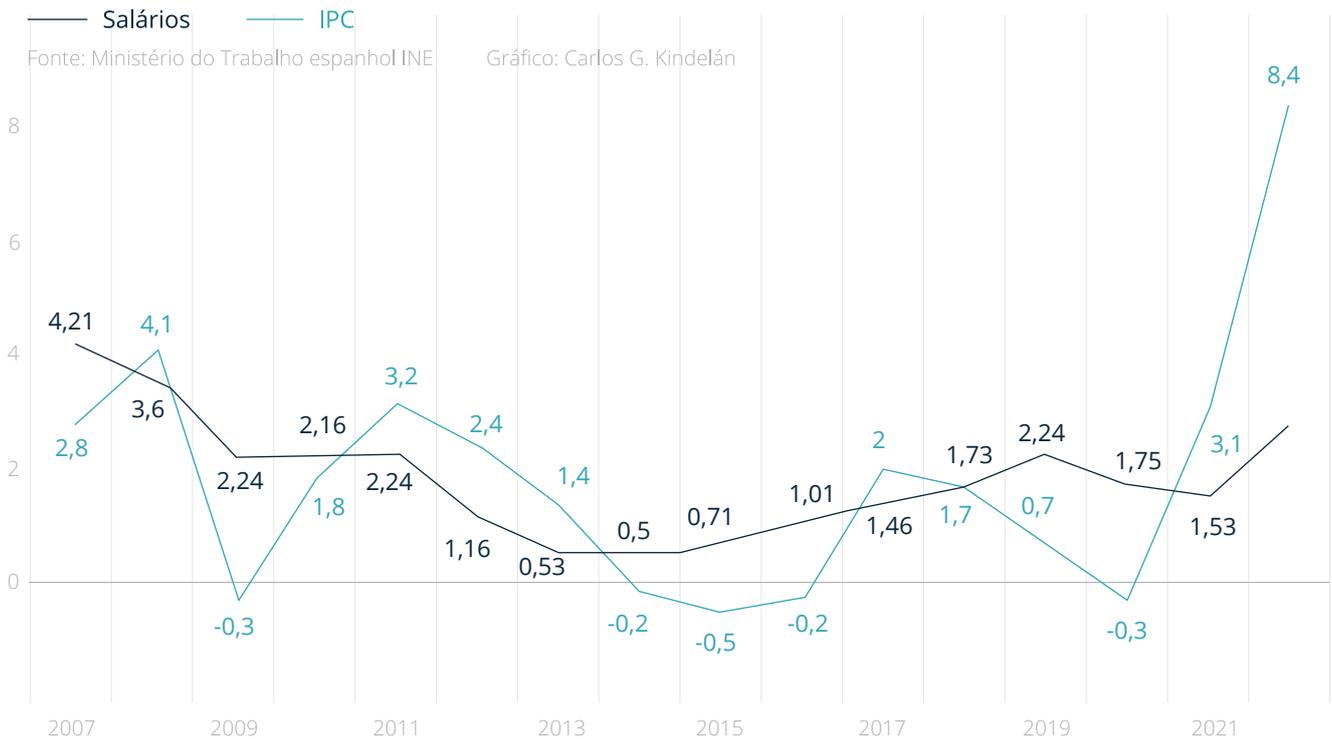
apesar das tentativas do governo com medidas importantes, mas nada relevantes.

Mesmo que ainda não tenhamos alcançado o patamar do PIB anterior à pandemia, 2022 terminou melhor que o esperado: com um crescimento médio retumbante do PIB de 5,5% e um IPC claramente em declínio. Mas a realidade subjacente lança fortes sombras de dúvida sobre o desempenho econômico deste ano em que, de acordo com todas as estimativas, teremos de lidar com uma forte desaceleração que levará a um crescimento médio na ordem dos 1,5%. Não é a recessão anunciada por alguns (na verdade, as revisões agora são para cima), mas é certamente um declínio significativo do crescimento que não passará despercebido em um ano eleitoral como este,

pois, sem dúvida, será um tema utilizado no confronto político.

Se algo resume o ano passado, é sem dúvida o aumento espectacular do preço internacional do gás, transferido aos preços da energia elétrica em toda a Europa por meio de um peculiar sistema elétrico da UE, agora em revisão, e um aumento nos preços dos alimentos, ambos vinculados à guerra na Ucrânia. Depois disso, o aumento chegou ao IPC como um todo, com aumentos de inflação que já tínhamos esquecido.

Devido a esse fato, um verdadeiro "choque externo", temos duas consequências: a já mencionada perda do poder de compra das famílias europeias e o retorno do BCE a uma política monetária clássica, com aumentos das taxas de juros que acabam afetando



o investimento e, novamente, o consumo das famílias através das hipotecas. Assim, o crescimento médio anual do PIB tem um claro segundo semestre com as variáveis privadas em franco declínio. Na verdade, no último trimestre de 2022, apenas as exportações e os gastos públicos nos salvaram de um crescimento zero.

Portanto, chegamos a 2023 com pouca inércia na demanda nacional, o que nos faz antecipar que no primeiro trimestre de 2023 teremos um crescimento negativo na ordem dos -0,1%. O crescimento do desemprego em janeiro e, sobretudo, a queda do número de contribuintes da Previdência Social, apontam nessa direção. As eleições municipais e regionais de maio ocorrerão em um clima de dados econômicos adversos.

Entretanto, todas as previsões indicam que o percurso será ascendente ao longo do ano, até alcançarmos uma taxa média de crescimento anual de 1,5%. A inflação continuará a cair e isto nos obrigará a nos concentrarmos na evolução da renda familiar e na

força do investimento. Com uma variável fundamental: o aperto, ou não, da política monetária do BCE, cuja última subida de juros está perigosamente próxima de um erro ao priorizar a taxa de câmbio do euro diante todos os riscos de recessão em que a zona do euro já está atolada.

A capacidade de gasto das famílias (lembre-se de que o consumo privado representa mais da metade do PIB) dependerá, além de fatores emocionais e sem grandes surpresas da guerra, do emprego, dos salários, do preço das hipotecas, do IPC e da poupança acumulada durante o confinamento, cujo fim já começa a ser visto.

Pela primeira vez na democracia, a forte desaceleração esperada do crescimento não se traduzirá em um aumento significativo do desemprego. Na verdade, não se esperam grandes alterações na taxa de desemprego. Isso será devido às alterações introduzidas na reforma trabalhista, que têm duas consequências significativas: o desenvolvimento dos ERTes (*downsizing*), comparável a formas

semelhantes de flexibilidade interna em outros países europeus e, por outro lado, a queda considerável do emprego temporário e a meio período, em comparação com o período anterior à pandemia. O aumento do emprego público é perceptível, embora seja muito cedo para dizer se há qualquer alteração em termos de austeridade.

Com a exclusão de um pacto de renda, os salários recuperarão algum poder de compra ao longo de 2023, graças à queda dos preços e às diferentes negociações salariais por setor. As novas renovações de acordos causarão maiores aumentos, embora não possamos descartar um aumento do conflito.

30% dos espanhóis têm hipoteca e já ultrapassaram o limite de resistência. Com as revisões das taxas, o pagamento da hipoteca reduzirá ainda mais a capacidade de consumir outros produtos. A menos que haja uma redução das taxas de juros, o que não é esperado no momento, esse setor prejudicará o consumo e o crescimento.

A maioria das famílias já consumiu toda a poupança alcançada durante a pandemia. Este ano, o fluxo adicional de gastos com que contavam até agora será interrompido. Precisamos lembrar que 40% dos cidadãos dizem que estão chegando ao fim do mês com dificuldades para pagar as contas, uma percentagem que a inflação terá aumentado. Em geral, portanto, embora o consumo doméstico se recupere ao longo do ano, isso ocorrerá devido a um maior recurso ao crédito, o que ampliará a distância entre as famílias que podem e aquelas que simplesmente não podem.

A tendência indica o crescimento dos investimentos ao longo do ano. Porque as taxas de juros alcançarão níveis semelhantes aos anteriores à crise de 2008; porque os fundos *Next Generation* começarão a chegar aos terminais privados e porque o ciclo eleitoral pressionará os governos a acelerar as inaugurações. Entretanto, a nossa estrutura empresarial, fortemente dominada por pequenas empresas com pouca força financeira, também sofrerá uma lacuna, como ocorre em todos os momentos de oscilações e incertezas.

Este ano, o turismo, em meio à modernização, continuará a impulsionar o crescimento depois de quase atingir os níveis pré-pandemia, tanto em termos do número de visitantes quanto de receitas. Para o ano inteiro, as previsões incluem:

O que é impressionante nessas previsões, em linha com as feitas por outros analistas, é que, pela primeira vez em democracia, a economia espanhola: crescerá mais que a zona do euro, com inflação mais baixa, mantendo o superávit externo e, sobretudo, será a primeira vez, em meio a uma desaceleração econômica, que o desemprego não disparará.

Tudo isso deve ser visto como evidência das alterações estruturais que ocorreram na economia espanhola na última década e que ainda escapam a muitos analistas.

Enfrentamos um ano eleitoral no qual a economia irá de vento em popa, até recuperar, claramente, no último trimestre. Tudo isso, é claro, com a permissão de Putin e do resto dos cisnes negros com os quais já estamos nos acostumando neste século XXI.

“Pela primeira vez na democracia, a economia espanhola crescerá mais que a zona euro, com inflação mais baixa, mantendo o superávit externo e, sobretudo, será a primeira vez em meio a uma desaceleração econômica que o desemprego não disparará”

JORDI SEVILLA
Ex-Ministro da Administração Pública, LLYC Conselheiro Sênior para o Contexto Econômico

	PIB		INFLAÇÃO		TAXA DE DESEMPREGO	
	22	23	22	23	22	23
Alemanha	1,6	-0,6	8,8	7,5	3,1	3,5
Espanha	4,5	1,0	8,5	4,8	12,7	12,7
França	2,6	0,4	5,8	4,4	7,7	8,1
Itália	3,8	0,3	8,7	6,6	8,3	8,7
Portugal	6,6	0,7	8,0	5,8	5,9	5,9
Eurozona (20)	3,2	0,3	8,5	6,1	6,8	7,2



EM UM ANO IMPREVISÍVEL E INESPERADO, O DIÁLOGO É A CHAVE EM PORTUGAL

Incerteza, instabilidade e pressão são as palavras que melhor resumem as perspectivas deste ano em termos do contexto político, econômico e social de Portugal.

Três palavras que ainda podem causar muitas surpresas, tendo em conta que, no ano passado, António Costa obteve a maioria absoluta que lhe permitirá continuar por mais quatro anos como primeiro-ministro, além dos sete anos que já ocupou o cargo.

Hoje, o Executivo socialista carece de estabilidade, com 12 demissões em 10 meses. À medida que aumentam as dúvidas se o governo chegará ao final da legislatura (2026), a recente liderança do maior partido da oposição, o PSD, continua a lutar para encontrar coesão e tom certos, e não é vista pela elite política como alternativa real ao poder. Na verdade, este foi um dos motivos que Marcelo Rebelo de Sousa indicou para manter o governo atual no poder. Por sua vez, os partidos de esquerda, parceiros dos socialistas na legislatura anterior, bem como a extrema-direita, que saiu fortalecida das últimas eleições, procuram o seu lugar na agenda política, aumentando a pressão no governo. A sucessão de demissões foi resultado de tal pressão e escrutínio, não apenas dos partidos políticos, mas também da mídia.

No plano econômico, as dúvidas se concentram em relação a como a inflação permanecerá elevada (fixada em 7,8%, ligeiramente superior à previsão do governo de 7,4% em 2022) e que outras consequências ocorrerão devido à guerra entre Ucrânia e Rússia. O governo português tem controlado o impacto negativo na renda das famílias com medidas pontuais de apoio direto, mas sem alterações imediatas nos impostos, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, na Espanha, com a redução do IVA sobre os produtos de primeira necessidade. As previsões de crescimento econômico para 2023 oscilam de 0,7% a 1,5%, com a Comissão Europeia e o FMI convergindo como os mais pessimistas e o Banco de Portugal como o mais otimista -- em 2022, o crescimento do PIB, segundo o Ministro das

Finanças, deveria ter sido fixado nos 6,8%, acima da estimativa de 6,5%.

É no nível social que a questão do conflito surge com mais força. De acordo com o último relatório da imprensa, as greves aumentaram 25% em 2022. Os protestos têm sido generalizados, nos setores de transporte, saúde, justiça, indústria e, mais recentemente, educação, onde a greve dos professores ocorre há mais de um mês. Em certa medida, era de se esperar o aumento do protesto social por meio dos sindicatos, depois de anos limitados por um acordo parlamentar que vinculava os partidos de esquerda ao PS. Por outro lado, novos movimentos associativos estão surgindo, alguns apartidários, originários da sociedade civil e do setor privado. Um novo jogo de poder que nem sempre se enquadra no modelo clássico de diálogo por meio de acordos sociais, onde estão presentes os grandes sindicatos e confederações patronais.

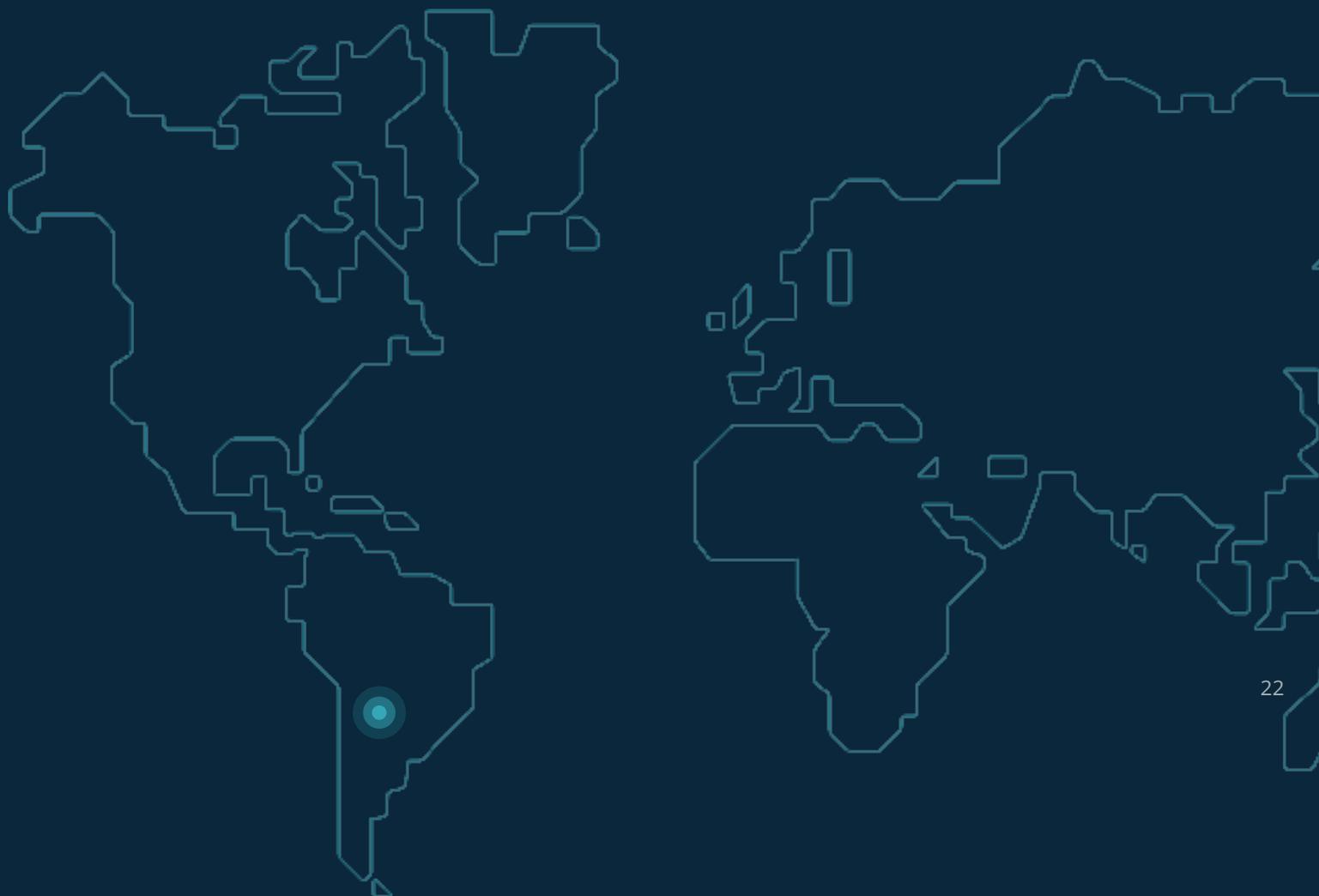
Há um ano, António Costa foi o primeiro a reconhecer que, apesar da maioria absoluta, estaria aberto ao diálogo, no Parlamento e fora dele. Agora, além desta disponibilidade, um cenário inesperado transformou o diálogo, o compromisso e o consenso em componentes essenciais para garantir a estabilidade política, social e econômica.

Neste contexto, as empresas mais preparadas serão aquelas que investem no monitoramento permanente da atividade política, social e regulamentar, com a capacidade de antecipar riscos e oportunidades no setor em que atuam e em relação à respectiva atividade específica. Serão elas também que estarão disponíveis para participar proativamente das políticas públicas. Cada empresa desempenha um papel no seu

setor, o que, por sua vez, afeta o conjunto que compõe a economia e a sociedade portuguesas. Em uma altura em que as atenções e os esforços estarão centrados na recuperação econômica, as empresas não podem ignorar ou subestimar a contribuição que o seu conhecimento, experiências e *benchmarking* podem oferecer a uma regulamentação mais eficaz e à estabilidade e segurança jurídica daqueles que querem manter e fortalecer os investimentos em Portugal. Essencialmente, para uma maior criação de valor partilhado, por meio do compromisso e do consenso.

MARÍA EÇA
Diretora de Assuntos Públicos
e Crise da LLYC Portugal

“Incerteza, instabilidade e pressão são as palavras que melhor resumem as perspetivas deste ano em termos do contexto político, econômico e social de Portugal”



EXPECTATIVAS DE ASSUNTOS PÚBLICOS NA REGIÃO SUL



INCERTEZA, ELEIÇÕES E NOVOS DESAFIOS NA ARGENTINA

Em 10 de dezembro de 2019, após quatro anos de Mauricio Macri no poder, a dupla Alberto Fernández - Cristina Fernández de Kirchner chegou à Casa Rosada. A dupla peronista venceu as eleições presidenciais com a promessa de reduzir a pobreza, melhorar o poder de compra e gerar uma melhoria em uma economia que foi duramente atingida ao longo dos últimos anos do macrismo.

A verdade é que, seja por causa da pandemia da COVID-19 ou devido a más decisões políticas e econômicas, nada disso

aconteceu: Alberto Fernández terminou seu terceiro ano no cargo com uma inflação acumulada de 94,8% ao ano² (a maior desde 1991), um índice de pobreza que chega a 36,5%³ e uma desvalorização da moeda que não dá trégua (quando tomou posse, o dólar era negociado a 70 pesos argentinos no mercado paralelo, e hoje a 377)⁴. A falta de resultados positivos e a má administração dessas expectativas, juntamente com uma crise política na coalizão que está no poder, levaram a uma preocupante rejeição de 66,9% do governo⁵.

Nesse contexto complexo, os argentinos terão que eleger o próximo presidente e vice-presidente, 22 governadores, 130 deputados e 24 senadores em 2023. Enquanto o partido que está no poder luta para resolver suas diferenças internas e, ao mesmo tempo, mostrar melhorias na

situação econômica, a oposição define seu futuro ao ver quem melhor representa os interesses do eleitorado desiludido com o governo atual. A incerteza e a volatilidade às quais a Argentina se acostumou criam grandes desafios e oportunidades para o gerenciamento estratégico dos Assuntos Públicos.

Novas autoridades e necessidade de vínculos

Em 10 de dezembro de 2023, um novo governo nacional tomará posse na Argentina; isso implica uma renovação dos participantes, com diferentes visões dos assuntos públicos. As empresas precisam chegar a esse ponto tendo trabalhado os diferentes cenários, mapeando os diferentes *stakeholders* e criando relações de confiança com eles. A antecipação é essencial para a adaptação à mudança.

²INDEC - Índice de Preços ao Consumidor, acumulado, 2022.

⁴Dolar Hoy - cotação gratuita do dólar em 06/02/2023.

³INDEC - EPH: Incidência de Pobreza e Indigência - primeiro semestre de 2022.

⁵ZUBAN / CÓRDOBA & ASOC. Pesquisa nacional, janeiro de 2023

País polarizado, Congresso dividido

O estudo *The Hidden Drug*, realizado pela LLYC, revelou que a Argentina é o segundo país da região com maior polarização na conversa digital, atrás apenas do Brasil. A política conhece essa realidade, e o Congresso não é exceção; atualmente, o partido no poder só pode realizar sessões graças ao consenso alcançado com outras forças provinciais (já que não tem quorum próprio em nenhuma das duas Câmaras). Com a renovação do Congresso, espera-se que essa situação de divisão continue, e inclusive agrave. Desta forma, será extremamente complexo para o próximo presidente gerar a estrutura regulamentar necessária para o plano de governo. Isso também afetará as empresas, pois as possibilidades de influenciar ou impulsionar as regulamentações serão muito complexas.

Economia fechada, necessidade de abrir as portas

Devido à grave situação econômica (ou resultante dela), foram tomadas decisões que hoje fazem da economia argentina uma das mais regulamentadas e fechadas do mundo; controles de preços, fechamento de importações, restrições cambiais e o aperto das transferências entre empresas são apenas algumas das medidas implementadas nos últimos tempos que afetam muito o funcionamento normal das empresas sediadas no país. Embora uma renovação das autoridades seja esperada em 2023, é muito provável que a economia argentina não esteja pronta para uma abertura radical de um momento para o outro. O setor privado terá que continuar a administrar as suas relações com os tomadores de decisão a fim de ultrapassar tais barreiras econômicas e desenvolver-se com alguma "normalidade".

Necessidade de crescimento, setores cada vez mais estratégicos

A urgência de gerar empregos de qualidade, somada à escassez de divisas, levou a um consenso geral entre os formuladores de políticas sobre a necessidade de promover alguns setores-chave, incluindo economia do conhecimento, mineração (lítio como principal agente), petróleo e gás, energias renováveis e agronegócio. As empresas envolvidas nessas atividades devem estar preparadas para dar um salto qualitativo, aproveitando estas oportunidades e gerenciando os desafios de comunicação e de regulamentação política para alcançar a liberdade necessária para operar.

**JUAN IGNACIO DI
MEGLIO**
Diretor de Assuntos
Públicos da LLYC Argentina

“A incerteza e a volatilidade às quais a Argentina se acostumou criam grandes desafios e oportunidades para o gerenciamento estratégico dos Assuntos Públicos”



EXPECTATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL EM 2023

O governo Lula 3 começou com ataques às sedes dos três poderes em 8 de janeiro, no ato mais grave contra a democracia desde a redemocratização em 1988. Na tarde daquele dia, criminosos destruíram boa parte das instalações do STF, do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional, indicando que o principal desafio do país neste novo ano será a **pacificação social e a defesa da democracia**.

É necessário destacar que os ataques criaram um efeito

diferente do pretendido pelos vândalos: reduziram a possibilidade de criar possíveis tensões institucionais entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com todos se unindo para condenar atos antidemocráticos, mostrando que o novo ano deve oferecer um **ambiente mais harmonioso e menos agressivo entre os poderes**, aumentando a percepção de que não há vergonha em fazer política de acordo com as regras da ética e da legalidade.

Nesse sentido, surge uma pergunta: qual será a relação com os militares que ganharam destaque político durante o governo de Bolsonaro? O **realinhamento do papel dos militares**, com o seu afastamento da política e o retorno gradual à função constitucional de defesa do país contra inimigos externos,

será uma das mudanças mais significativas em 2023 na política que se pretende implementar. O tempo fará com que ocorra uma redução nas tensões, mas em um ambiente em que é necessário um retorno à normalidade institucional o mais rápido possível -- e o poder Executivo deverá buscar uma linha de diálogo mais proativa.

Há também a questão da economia. Espera-se que o novo governo brasileiro terá uma política expansionista, com maior investimento e intervencionismo estatal na região. Isso levantou diversas questões por parte do mercado, que está exigindo uma reorganização fiscal e reformas como administrativas e tributárias, bem como a manutenção dos pontos da reforma trabalhista. Portanto, o novo ano deve ser um ano de busca de um **equilíbrio entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social**.

Se na economia a palavra de ordem é a "busca do equilíbrio", no campo ambiental o ano deve ser de uma mudança drástica nas políticas públicas. O compromisso para 2023 será de **exploração sustentável** e a reestruturação dos órgãos de inspeção. O mundo deveria ver um Brasil mais ativo nos debates, como: segurança climática, proteção da Amazônia e de outros biomas, respeito às comunidades indígenas, desmatamento zero e outros. A retomada do Fundo Amazônia, a criação da Autoridade Nacional de Segurança Climática e a revogação de regulamentos considerados contrários ao meio ambiente são apenas um sinal do objetivo de **posicionar o Brasil de volta na vanguarda dos debates sobre sustentabilidade, proteção ambiental** e questões como a mudança climática e o combate ao desmatamento.

Essa mudança de posicionamento também denota outra tendência para o Brasil em 2023, a de retomar o papel de liderança da **diplomacia brasileira**, por meio do *Itamaraty*; o fim do isolamento político, com o retorno do diálogo produtivo com nações dos mais diversos espectros políticos. O fortalecimento das relações com a União Europeia; a priorização de uma agenda Sul-Sul, com o restabelecimento da força do MERCOSUL e uma participação mais ativa nas discussões dos BRICS; o estabelecimento de uma posição de intermediário interessado nas discussões entre os Estados Unidos e a China; e uma mudança de posicionamento em relação a questões como a criação do Estado Palestino, indicam um **Brasil muito mais ativo e comprometido nas discussões multilaterais** neste novo ano.

“O principal desafio para o Brasil em 2023 será a pacificação social e a defesa da democracia”

FELIPE MENDONÇA PELETEIRO
Gerente de Assuntos Públicos da LLYC Brasil



CHILE 2023, O ANO DO PLEBISCITO

Sem dúvida, o marco mais importante que a sociedade chilena precisará enfrentar este ano será o plebiscito de aprovação ou rejeição de uma nova constituição que será elaborada pelo novo Conselho Constitucional, órgão misto composto por um grupo de especialistas com conselheiros eleitos pelo povo, ao contrário da Convenção Constitucional, com 155 membros eleitos inteiramente pelo povo e cujo texto - ideologizado, reorganizacional e que exacerbava as diferenças em vez de unir os chilenos - foi rejeitado pela esmagadora maioria dos compatriotas (62%), em setembro do ano passado.

Nesta votação, que ocorrerá em dezembro e com voto obrigatório, a sociedade chilena tentará resolver definitivamente o conflito dos últimos anos que levou ao chamado "surto social" de 18 de outubro de 2019 (movimento semelhante ao que ocorreu recentemente no Peru), em que estações da ferrovia metropolitana foram queimadas e a violência tomou conta de Santiago e das principais cidades do país. Entretanto, uma semana depois, em 25 de outubro, um milhão e meio de chilenos saíram às ruas para se manifestar pacificamente a favor de um novo pacto social, na maior manifestação desde o retorno à democracia em 1990, que deu origem a esse processo demorado que todos os cidadãos têm esperado, e que deve chegar ao fim com a aprovação de uma nova carta magna.

Mas a questão constitucional não será a única enfrentada pelo presidente Gabriel Boric, que está no governo há quase um ano e - faltando três anos para o fim do mandato - com o menor índice de aprovação nas pesquisas de opinião pública de todos os presidentes até hoje.

Atualmente, a principal preocupação do povo é a insegurança. A delinquência, o narcotráfico e o crime organizado ganharam espaço nos últimos anos. De acordo com os dados dos Carabineros, os sequestros aumentaram 74% em 2022 e os principais crimes, como homicídios, assaltos a residências e roubos de carros, aumentaram 45% em comparação com 2021.

O presidente e o governo de coalizão que estão no poder - que reúne os partidos de

esquerda mais radicais – também precisarão enfrentar uma recessão econômica sem precedentes. De acordo com os dados da CEPAL, Chile e Haiti devem ser os únicos países com crescimento negativo na região.

Com a inflação desenfreada (13% em 2022), e a imigração descontrolada (e, em alguns casos, ilegal), o governo também deve tentar travar os conflitos na macrozona sul, e na fronteira norte.

Como se não bastasse, o 11 de setembro marca o 50º aniversário do golpe militar que derrubou o presidente Salvador Allende (incluindo o atentado ao palácio presidencial La Moneda, e que pôs fim à vida do presidente que se suicidou no gabinete do palácio presidencial), estabelecendo uma ditadura militar que governou durante 17 anos.

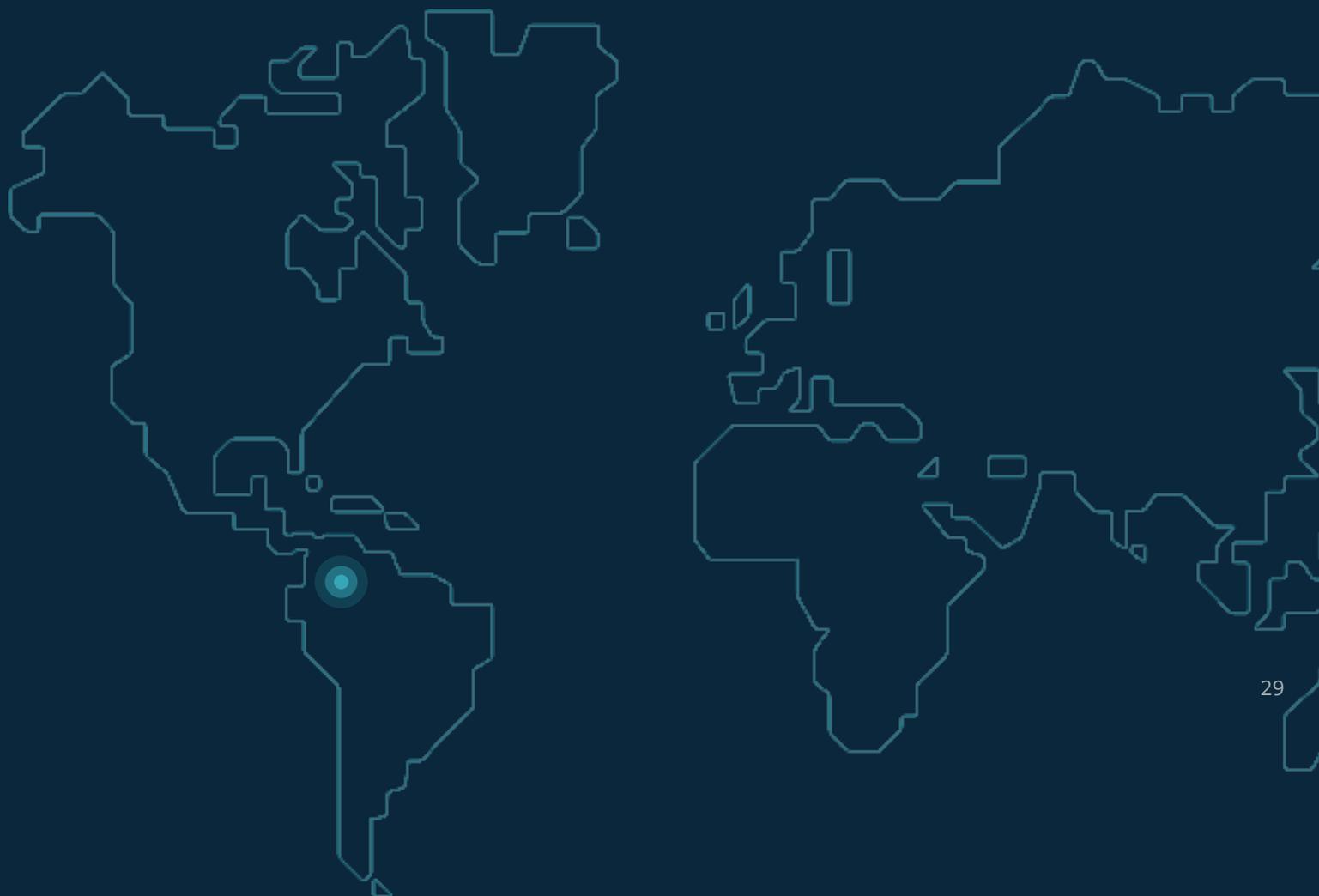
Este marco - que ainda divide os chilenos e que é marcado pelas

violações dos direitos humanos cometidas pelas forças armadas, mas também por uma profunda transformação na economia nacional que lhe valeu o reconhecimento como um dos países com maior crescimento econômico da região - será oficialmente comemorado pelo governo, o que certamente reabrirá a controvérsia sobre o governo da Unidade Popular (1970-1973) e os horrores das violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura militar.

Para concluir este panorama complexo, no parlamento - onde o governo não tem maioria - duas das promessas de campanha que levaram o presidente a vencer as eleições estão sendo debatidas com a ideia de realizar mudanças estruturais que tornariam o Chile um país mais justo: a reforma tributária e a reforma previdenciária.

“O marco mais importante que a sociedade chilena precisará enfrentar este ano será o plebiscito de aprovação ou rejeição de uma nova constituição”

FRANCISCO AYLWIN
Presidente da LLYC Chile
e Presidente do Conselho
Consultivo no Chile



EXPECTATIVAS DE ASSUNTOS PÚBLICOS NA REGIÃO ANDEAN



2023, O ANO PARA CONSOLIDAR O GOVERNO DE MUDANÇA DO GUSTAVO PETRO NA COLÔMBIA

As expectativas geradas pela chegada à Colômbia do primeiro governo de origem esquerda foram muito altas. Por um lado, há os temores que isto implica para alguns setores econômicos, mas, por outro lado, temos a esperança daqueles que o elegeram de que, em 2023, começará a transformação social baseada na igualdade.

Um plano legislativo ambicioso para consolidar a política reformista do novo governo

Após o governo de Gustavo Petro confirmar a governabilidade no segundo semestre de 2022 ao aprovar importantes projetos da proposta política perante o Congresso, como a reforma tributária, a lei da "paz total" e o primeiro turno da reforma política, 2023 apresenta um novo pacote que inclui projetos como o Plano Nacional de Desenvolvimento e a Lei de Submissão, e quatro reformas estruturais anunciadas durante a campanha eleitoral: a política, o sistema de saúde, o trabalho e a previdência.

Diante dessas iniciativas estão os temores derivados da alteração das regras do jogo estabelecidas, mas também

uma grande expectativa de garantir, desde o "O governo da mudança", o crescimento da economia e o aumento do investimento de capital e do emprego que impulsionará o consumo e a produção nacional, especialmente a produção agrícola, como prometido.

Paz Total - O desafio de negociar com grupos à margem da lei

No ano passado, foi aprovada a Lei 2.272 de 2022, ou Lei da Paz Total, que ampliou o poder do Estado para negociar com organizações ilegais e a definiu como uma política "prioritária" e "transversal". Nesse sentido, no início do ano, foram assinados cinco decretos de cessar-fogo bilateral com cinco organizações ilegais. Mas o Exército de Libertação Nacional, que em agosto de 2022 havia concordado

com o novo governo em retomar a agenda de negociações suspensa desde 2016, indicou que não era uma decisão concertada, o que levou à revogação do decreto. Assim, 2023 começa com um panorama ambíguo de efetivação das intenções de paz, além do não cumprimento dos cessar-fogos bilaterais por parte de algumas organizações multicriminosas, do aumento dos assassinatos coletivos e da redução das operações militares no território nacional.

O poder das regiões

Em 29 de outubro, as eleições autárquicas ocorrerão nos 32 departamentos e 1123 municípios do país. As eleições determinarão a capacidade do novo governo e da bancada parlamentar de ampliar a força política nas cidades, enquanto que, para a oposição, é a oportunidade de recuperar a relevância no cenário político. Além disso, também estará em jogo a continuidade ou a mudança das tendências políticas que dominaram as administrações das principais cidades, como Bogotá, Medellín e Cali e, portanto, sua futura relação com o governo nacional.

Inflação/desvalorização e impacto social

2022 foi um ano desafiador para a economia colombiana. A inflação no país foi de 13,1%, a maior do século, e o peso desvalorizou 20,7%, a terceira maior desvalorização desde 2000.

Embora a inflação deva reduzir em 2023 (8,63%), ainda é muito alta e espera-se que o impacto seja maior para as classes mais baixas, já que elas precisam abrir mão de uma proporção maior da renda quando os preços sobem. Da mesma forma, o Plano Financeiro do governo para 2023 e as principais instituições financeiras indicam que a moeda permanecerá no intervalo de 4.700 e 4.800 pesos, aumentando o preço da cesta básica dos colombianos, já que muitos alimentos são importados e grande parte da produção nacional depende de insumos externos, cujos preços também aumentam à medida da desvalorização do peso colombiano.

A economia e a luta contra a mudança climática

Para Gustavo Petro, a mudança climática se baseia na descarbonização da economia e da matriz energética. Em 2023, espera-se maior certeza para o desenvolvimento da indústria, do setor agrícola e da construção de uma sociedade do conhecimento que o governo procura promover acima de outros setores da economia, como mineração e hidrocarbonetos.

Por outro lado, o Ministério de Minas e Energia deverá apresentar o mapa para a Transição Energética Justa, concretizando a visão para o futuro dos contratos de exploração e aproveitamento mineiro e petrolífero, bem como

o papel do gás neste contexto. O debate sobre o modelo permanecerá no centro da agenda pública e gerará posições divergentes, mesmo no governo, devido a ter que sacrificar a principal fonte de renda do país.

A agenda internacional

O presidente Petro está concentrando o governo no desempenho de um papel mais ativo na integração regional, promovendo um diálogo vinculante sobre os principais conflitos na América Latina; um exemplo disso é a intenção de voltar para a Unasul e, em prol da transição energética, ele tem procurado, juntamente com os países adjacentes, a construção de uma economia descarbonizada.

Para este ano, projeta-se uma agenda progressista com a Venezuela após a reativação das relações diplomáticas e econômicas com o país vizinho e uma forte expectativa sobre como serão conduzidas as relações com a Nicarágua após os questionamentos de Petro junto ao seu homólogo e aos Estados Unidos, após o anúncio de uma transformação radical na agenda em relação à construção e consolidação da paz total e não em relação a armas e à guerra.

LUZ ÁNGELA SÁNCHEZ
Diretora Sênior de Assuntos
Públicos da LLYC Colômbia



ECUADOR 2023, GOVERNANÇA EM JOGO NO REFERENDO

O Equador começa 2023 com um processo eleitoral triplo inédito que ocorrerá em 5 de fevereiro, no qual serão eleitas 5660 autoridades setoriais e os sete membros do Conselho de Participação Pública e Controle Social (Consejo de Participación Ciudadana y Control Social, CPCCS). Além disso, será realizado o referendo convocado pelo presidente Guillermo Lasso, que, fazendo uma aposta arriscada, espera receber o apoio da maioria da população em relação às oito perguntas feitas para alterar a Constituição vigente desde

2008 em assuntos relacionados à segurança, institucionalidade e meio ambiente. Os resultados dessas eleições determinarão, em grande parte, o nível de governabilidade que o governo terá para promover a sua agenda ao longo da segunda metade do mandato de quatro anos.

O estado de espírito predominante com que o povo irá às urnas será de pessimismo sobre o futuro, desaprovação da administração das autoridades e insatisfação com o funcionamento da democracia. Esta combinação, observada nas duas violentas greves indígenas de outubro de 2019 e junho de 2022, é perigosa, pois os cidadãos não reconhecem mais o Estado como um participante capaz de resolver seus problemas e, portanto, buscam mecanismos fora dos canais e instituições democráticas para fazer ouvir

suas reivindicações. Por este motivo, a cada eleição, os cidadãos procuram depositar a confiança em novos participantes, que se identificam como "apolíticos", o que agrava ainda mais a crise dos partidos políticos. Como exemplo: 77% dos prefeitos tentarão ser reeleitos por meio de um partido político diferente daquele que venceu as eleições setoriais de 2019. Portanto, o resultado mais provável será novamente um quadro político fragmentado, o que obrigará as organizações políticas a criar alianças e reunir números para as eleições presidenciais de 2025.

Neste aspecto, embora as pesquisas prevejam uma vitória do "sim" na maioria das perguntas do referendo, o alto nível de desaprovação do governo de Guillermo Lasso, juntamente com a divulgação de uma alegada

⁶67% acreditam que a situação do país vai piorar (Market, dez. 22).

⁷82% desaprovam a gestão do presidente da República e 88% desaprovam a gestão da Assembleia Nacional (Perfiles de Opinión, dez. 22).

⁸Apenas 33% acreditam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Esta não é apenas a porcentagem mais baixa em toda a América Latina, mas também é a redução mais significativa: em 2018 era 50% e, em 2015, 71%. (Latinobarómetro, out. 21)

corrupção em empresas de setores estratégicos, pode fazer com que os cidadãos votem no "não", como punição. Se o voto no "sim" ganhar, o governo obterá uma vitória importante, que dará algum espaço para respirar. Entretanto, o governo precisará controlar a expectativa do povo de que, com as emendas constitucionais, conseguirá solucionar os problemas de segurança, institucionais e ambientais, especialmente o primeiro, já que mais de 52% da população consideram a insegurança como o principal problema do país (Market, dez. 22). Se o voto no "não" ganhar, o cenário será complicado para

o governo, pois enfrentará uma oposição fortalecida, com maior controle sobre a Assembleia Nacional e um movimento indígena que alertou para o apelo de novas mobilizações, que terão o objetivo de bloquear e desestabilizar o governo.

**JUAN SEBASTIÁN
SALCEDO CALDERÓN**
Diretor de Assuntos Públicos
da LLYC Ecuador

“O Equador começa 2023 com um processo eleitoral triplo inédito que ocorrerá em 5 de fevereiro”



AS PERSPECTIVAS DO PERU EM 2023, O CAMINHO NECESSÁRIO PARA SAIR DO CONFLITO

Desde 7 de dezembro, o Peru enfrenta um panorama social de grande conflito, concentrado principalmente nas regiões do sul do país, devido à destituição de Pedro Castillo da presidência da república, após uma tentativa fracassada de realizar um golpe de estado.

Dina Boluarte, que se tornou a primeira mulher a ocupar a função, tem pouco mais de 60 dias

no cargo, e o panorama que ela enfrenta é de grande instabilidade política e social. As declarações de estado de emergência, que permitem a suspensão de direitos, como a liberdade de circulação e reunião, juntamente com a autorização à Polícia Nacional e das Forças Armadas de intervir em casas e/ou estabelecimentos para restabelecer a ordem, não tiveram os resultados esperados.

O agravamento do conflito, com 58 mortes registradas até o momento, os bloqueios contínuos de estradas nacionais, a paralisação de aeroportos e instalações que poderiam ser consideradas sensíveis para o funcionamento normal do país, além da destruição de edifícios governamentais (principalmente delegacias de polícia e sedes do poder judiciário), têm causado a escassez de alimentos,

combustíveis e medicamentos (principalmente) na região sul do Peru, e setores como o turismo têm sofrido grandes perdas.

Na frente internacional, as perspectivas são desfavoráveis para a economia peruana, devido à forte desaceleração do crescimento mundial, que está abaixo da média das últimas duas décadas, com custos maiores de financiamento para controlar a inflação. Também ocorreria o impacto no crescimento do produto interno bruto devido à contração nos investimentos públicos e privados, juntamente com uma desaceleração do consumo interno.

Em relação às exportações de matérias-primas, apesar da redução do preço internacional do cobre, haveria uma compensação do setor devido ao aumento do

volume das exportações, após a expansão das operações de mineração de Quellaveco. Por sua vez, o setor agroexportador seria favorecido pelo recente anúncio da China de abandonar a política de "covid zero", o que aumentaria a procura por esses produtos.

As importações permanecerão estáveis, de acordo com as projeções do Banco Central de Reserva (BCR). Entretanto, de acordo com as projeções do BCR, 2023 fecharia com altos níveis de inflação, semelhantes aos do ano anterior, nos 8,4%.

Diante do exposto, o contexto político e social do Peru em 2023 é complexo. Existem desafios econômicos e sociais significativos, como o combate à pobreza, desigualdade, corrupção e segurança pública, que são objeto de reivindicações e que até agora não foram tratados de forma eficiente pelo governo.

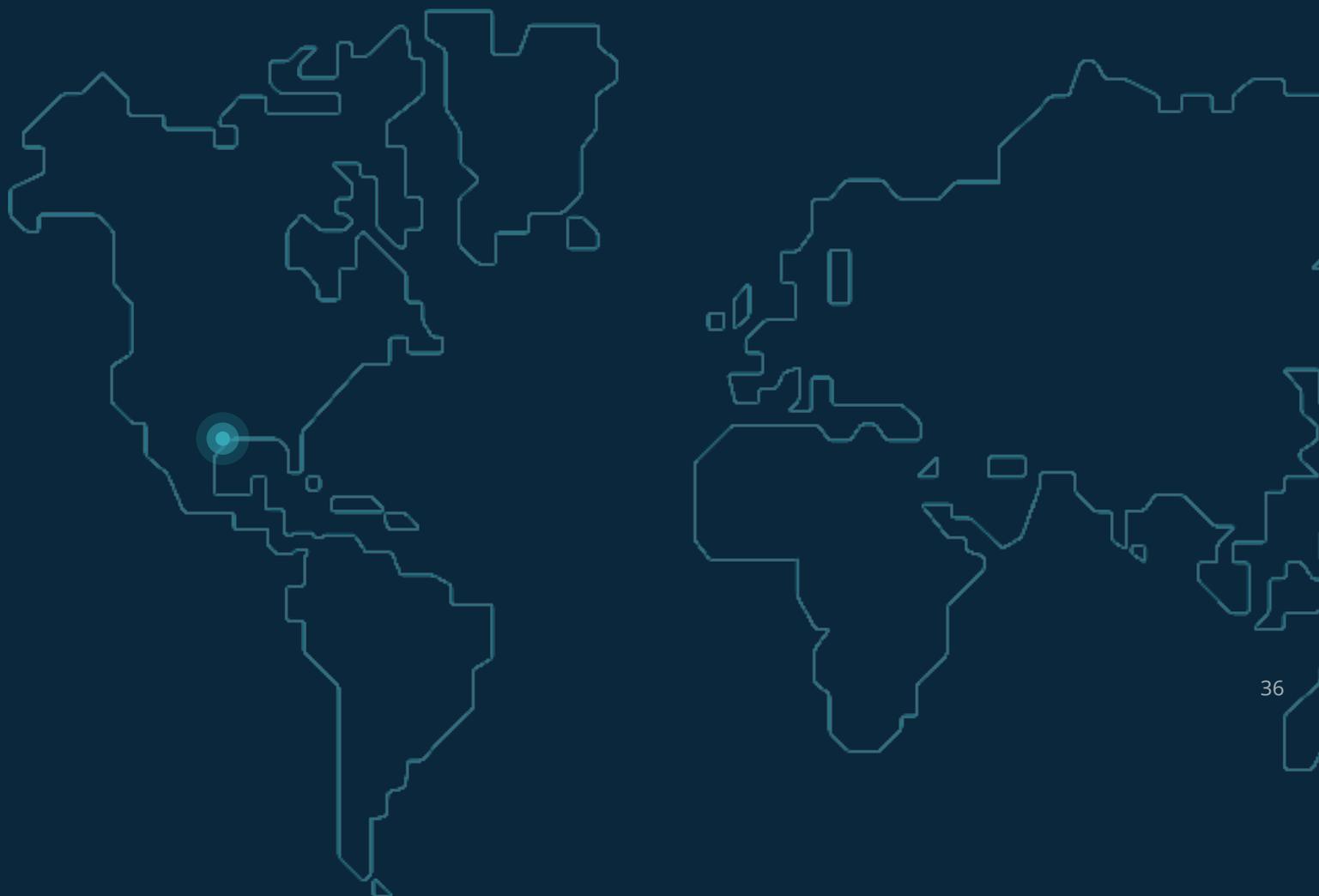
Com a paralisação de atividades que vão desde o setor do turismo e serviços associados, um setor de mineração que anunciou que não fará grandes investimentos este ano, e a percepção internacional

negativa que começa a tomar conta da estabilidade jurídica, o panorama interno continua desafiador.

Neste sentido, as autoridades enfrentam o desafio de recuperar a legitimidade perdida, com vistas à criação de espaços de diálogo com os diferentes setores sociais e o setor empresarial.

DARWIN PARDAVÉ
Diretor de Assuntos Públicos
da LLYC Peru

“As autoridades peruanas enfrentam o desafio de recuperar a legitimidade perdida, com vistas à criação de espaços de diálogo com os diferentes setores sociais e o setor empresarial”



EXPECTATIVAS DE ASSUNTOS PÚBLICOS NA REGIÃO NORTE



2023, ELEIÇÕES DE FINAL DE MANDATO NO MÉXICO

Quase dois anos antes do término do governo do presidente Andrés Manuel López Obrador e da continuidade da autodenominada "Quarta Transformação", o México vive um cenário complexo, condicionado por um ambiente nacional de crescente polarização social e um contexto geopolítico que afeta as cadeias de valor globais, os preços das *commodities* e o aumento da inflação.

No cenário econômico, a reconfiguração comercial resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia não só causou escassez e inflação no México, mas também pouco crescimento.

Parece pouco provável que as condições estruturais da economia mexicana e as políticas públicas atuais ajudem a superar esse desafio com sucesso e rapidez. Entretanto, a situação política tem sido caracterizada pelo domínio de uma narrativa pró-governo que obscurece a separação de poderes e os controles e equilíbrios, gerando preocupações sobre o estado democrático do país. Os resultados das próximas eleições estaduais também podem destacar as fragilidades da democracia mexicana diante do hiperpresidencialismo e a capacidade de mobilização do partido no poder, bem como servir de preâmbulo às eleições presidenciais de 2024.

O ano de 2023 será decisivo em todos os sentidos, devido ao grande número de mudanças e eventos esperados. Será um

período complexo e dinâmico, que lançará as bases para um futuro próximo para além dos 365 dias deste ano.

A mudança dos conselheiros eleitorais, a confirmação das mudanças das leis eleitorais secundárias, a nova presidência do Supremo Tribunal de Justiça, as eleições locais em Coahuila e no Estado do México, bem como a definição dos candidatos às eleições presidenciais de 2024 são apenas alguns dos pontos que marcarão a vida pública do México nos próximos 12 meses e que delinearão a agenda de risco de todas as organizações.

Ao entrarmos naquele que pode ser considerado o último ano funcional do mandato de seis anos do presidente Andrés Manuel López Obrador, as expectativas de resultados com relação aos

projetos nas etapas finais de conclusão certamente definirão o tom e a direção da narrativa dos diversos grupos classificados pelo próprio regime como aliados e adversários.

Com uma possível recessão no segundo semestre causada pelos atritos nos Estados Unidos, pela inflação continuada e pela manutenção das medidas restritivas do Banco do México, é bem provável que o crescimento econômico será inferior ao esperado, com impactos na confiança do consumidor e, portanto, nos planos de investimento de muitas empresas.

A situação econômica e o seu consequente impacto nos recursos públicos poderão continuar a agravar os principais problemas do país, restringindo o orçamento em áreas estratégicas, como saúde, segurança e infraestrutura, condicionando também o bom funcionamento do aparato governamental, corroendo a credibilidade e a força das instituições, favorecendo a falta de transparência e a concentração do poder.

Tal contexto coloca as organizações em um estado de incerteza e vulnerabilidade sem precedentes, não apenas por as expor a uma maior carga regulamentar, riscos de continuidade e vulnerabilidade da reputação, mas também colocando-as em uma narrativa acusatória em que, desde os mais altos níveis de poder, são vistas como entidades dedicadas apenas à geração de valor econômico, em uma sociedade altamente polarizada.

O tempo está se esgotando para o governo da autodenominada "Quarta transformação" no México. Desta forma, é muito provável que ocorram decisões mais radicais, com base na lógica eleitoral, que continuarão a abrir frentes na capacidade de operação das organizações, cortando cada vez mais as margens de reação e forçando os líderes corporativos a encontrar ferramentas que lhes permitam ficar à frente da concorrência de forma a controlar o contexto.

“O México vive um cenário complexo, condicionado por um ambiente nacional de crescente polarização social e um contexto geopolítico que afeta as cadeias de valor globais, os preços das commodities e o aumento da inflação”

MARILYN MÁRQUEZ
Diretora de Assuntos Públicos
da LLYC México



REPÚBLICA DOMINICANA, SÓLIDA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA PÓS-COVID

A República Dominicana é uma das economias da América Central que apresentou o maior crescimento econômico na última década. Com um crescimento sustentado médio superior a 5%, as perspectivas de estabilidade e crescimento do PIB fazem de 2023 um ano de grandes expectativas em setores fundamentais para o investimento estrangeiro.

Aumento salarial e pressão inflacionária

Apesar das perspectivas econômicas positivas, a República Dominicana não foi isenta do impacto inflacionário derivado da crise pós-covid e da guerra na Europa.

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central da República Dominicana, durante 2022 o custo da cesta básica aumentou mais de 30% e a inflação ficou na faixa de 0,29%, com uma tendência acentuada de estabilização no último trimestre de 2022. Para isso, o Banco Central adotou uma política monetária de aumento dos juros com o objetivo de desencorajar o consumo e controlar a inflação.

Até agora, esta situação não gerou movimentos sociais importantes, embora todas as pesquisas

indiquem que o custo de vida é o principal problema que preocupa as famílias dominicanas.

Turismo como grande mecanismo da economia

Desde 2020, o governo tem apostado fortemente no turismo como uma forma de recuperação rápida da economia. Isto teve um resultado importante, superando a média de 8 milhões de turistas por ano em território dominicano.

Da mesma forma, o governo continua a promover a estrutura legal de parcerias público-privadas como um mecanismo de atração de investimento estrangeiro para impulsionar e diversificar a oferta turística. Um exemplo disso é o megaprojeto Pedernales, que aposta em uma oferta multimodal que inclui um porto de cruzeiros, hotéis e parques de diversões.

Reformas institucionais e legais

No início do mandato do presidente Luis Abinader, em 2020, foi promovida a "Convocatoria Presidencial para el fortalecimiento institucional y Gestión Eficiente del Estado", com o Conselho Econômico e Social (Consejo Económico y Social, CES), um órgão consultivo do poder Executivo de âmbito constitucional, cujos membros incluem os setores social, trabalhista e empresarial, para a abertura de um "Diálogo Nacional", a fim de construir um consenso e transformar em realidade as reformas propostas pelo presidente.

Estas reformas incluyen:

As reformas incluem:

- 1- Reforma da transparência e institucionalidade;
- 2- Reforma do setor elétrico;
- 3- Reforma do setor de recursos hídricos;
- 4- Reforma da polícia nacional;
- 5- Reforma para a modernização do estado;
- 6- Reforma da qualidade de ensino;
- 7- Reforma da saúde e da previdência social;
- 8- Reforma dos transportes;
- 9- Reforma para transformação digital;
- 10- reforma trabalhista;

11- Reforma do setor de hidrocarbonetos;
12- Reforma tributária integral. Estas foram às 12 reformas propostas pelo presidente na primeira reunião do CES. Em 2022, o Fórum Permanente de Partidos Políticos da República Dominicana (Foro Permanente de Partidos Políticos de la República Dominicana, FOPPPREDOM) solicitou a inclusão de uma tabela número 13, destinada a uma reforma abrangente das leis eleitorais em um Código Eleitoral, de forma a harmonizar a lei do regime eleitoral com a dos partidos políticos.

A maioria dessas discussões está paralisada, portanto, não há expectativa de grandes mudanças antes das eleições previstas para 2024. Mas ao longo de 2023 é esperada a realização de acordos e respectivas mudanças nos setores elétrico, trabalhista e eleitoral.

2023, ano pré-eleitoral

2023 é um ano pré-eleitoral, com eleições municipais marcadas para fevereiro e eleições parlamentares e presidenciais marcadas para maio de 2024.

Atualmente, o cenário político é dominado por três partidos políticos: o Partido Revolucionario Moderno (partido no poder); a Fuerza del Pueblo (principal partido de oposição) e o Partido de la Liberación Dominicana (PLD), também de oposição.

Até agora, o partido no poder parece contar com a maior simpatia. Desta forma, há uma grande probabilidade de que o presidente Luis Abinader se candidate à reeleição. A fragmentação da oposição, que continua dividida, poderia facilitar a reeleição, a menos que ocorra uma aliança entre as duas principais forças da oposição, o que poderia forçar um cenário de segundo turno das eleições.

No cenário parlamentar, observa-se uma renovação de novas figuras e jovens líderes que estão renovando a oferta de candidatos. Isto começa a gerar expectativas de mudanças na composição de ambas as câmaras, com fortes apostas de participantes influentes do setor privado.

JOSÉ GREGORIO CABRERA

Diretor Sênior de Assuntos Públicos da LLYC República Dominicana

“Com um crescimento sustentado médio superior a 5%, as perspectivas de estabilidade e crescimento do PIB dominicano fazem de 2023 um ano de grandes expectativas em setores fundamentais para o investimento estrangeiro”



UM PANAMÁ DESIGUAL, MAIS TENSÕES SOCIAIS, TENDÊNCIAS PARA 2023

Os protestos que ocorreram no Panamá em 2022, inéditos em termos de forma, participantes e duração, foram o produto de uma série de fatores acumulados não abordados pelo estado, e que a pandemia potencializou.

A crise pós-COVID e a inflação fizeram com que os preços dos alimentos, remédios e combustíveis subissem em meio ao desemprego e com os salários mensais congelados entre US\$ 290 a US\$ 315. A cesta básica chegou a US\$ 280,71 em setembro de 2022, de acordo com a Autoridade de

Proteção ao Consumidor e Defesa da Concorrência (Autoridad de Protección al Consumidor y Defensa de la Competencia, ACODECO). Isto coloca a cesta básica do país, de acordo com dados da Bloomberg, como a quarta cesta básica mais cara da América Latina, superada apenas por Honduras (US\$ 285,60), Venezuela (US\$ 382) e Guatemala (US\$ 417,40).

O paradoxo do Panamá é que é um país de alta renda, mas com uma desigualdade acentuada. A fotografia mostra que, em 2023, o país crescerá entre 4,2% e 5%, mas o negativo da fotografia mostra um país com taxa de desemprego de 9,9%, um aumento da informalidade, e em que 1 entre cada 4 panamenhos é pobre.

Ao longo do ano fiscal de 2021, e de acordo com o Ministério da Economia e Finanças (MEF),

o governo concedeu US\$ 2,315 milhões em subsídios, sendo os agregados familiares de baixa renda os mais beneficiados. Do total de subsídios voltados aos lares panamenhos, 49% correspondem à ajuda à COVID-19, 14,6% ao subsídio de eletricidade, 14,5% às Bolsas Universais ou PASE-U, 7,6% ao programa 120 a 65, 3,9% ao gás liquefeito, 3,5% a juros preferenciais e 2,5% ao transporte (Metrobus).

Desta forma, um dos principais desafios será enfrentar esta carga de subsídios e cobrir a dívida pública -- que ronda os US\$ 42 bilhões.

Reformas institucionais, o tempo está se esgotando

O Conselho Técnico Atuarial e o Departamento Atuarial do Fundo de Previdência Social (Caja de Seguro Social, CSS) chegaram à conclusão de que as reservas

do subsistema de distribuição estabelecido de Invalidez por Velhice e Morte (IVM) e a confiança a seu favor se esgotarão entre o último trimestre de 2023 e o primeiro trimestre de 2024, se não for feita uma reforma da Lei em breve. Até 2023, antes das contribuições do Estado, haverá um déficit líquido de US\$ 1.123.3 bilhão, que aumentará para US\$ 1.287 bilhão em 2024.

Isso significa que, em menos de 24 meses, acabarão os recursos que cobrem as aposentadorias de mais de 380 mil pessoas. As três principais agências de rating, que mantêm a classificação de investimento do Panamá, alertaram para a urgência de evitar esse colapso devido às graves consequências econômicas e sociais do país.

A receita para enfrentar esse problema envolve um aumento da idade da aposentadoria, das contribuições ou uma mudança no sistema, entre outras medidas paramétricas que têm causado alarme em todos os setores. Há um consenso sobre a urgência do problema, mas discordância sobre como resolvê-lo.

2023, ano pré-eleitoral

O calendário eleitoral foi acionado no ano passado, com a coleta de assinaturas para candidatos independentes à presidência e no primeiro semestre do ano, com as eleições primárias nos partidos. Isso levará à renúncia de várias figuras do gabinete, como o vice-presidente e ministro da Presidência, José Gabriel Carrizo, que tem a intenção de liderar o PRD à reeleição.

As eleições serão realizadas em maio de 2024 e, em um único dia, serão eleitos o Presidente da República e o Vice-Presidente; 20 membros do Parlamento Centro-Americano; 71 membros da Assembleia Nacional; 81 prefeitos; 11 conselheiros e 701 representantes das divisões territoriais, todos com seus respectivos suplentes, para o período constitucional de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2029.

“O paradoxo do Panamá é que é um país de alta renda, mas com uma desigualdade acentuada”

MARGORIETH ELISA TEJEIRA MARTÍNEZ
Gerente Sênior de Risco e Crise da LLYC Panamá



TENDÊNCIAS DE ASSUNTOS PÚBLICOS NA AMÉRICA CENTRAL

Devido às mudanças sociais e institucionais, aos ciclos eleitorais incertos, à complexidade da dinâmica política e ao desalinhamento entre as prioridades governamentais e legislativas, os estados da América Central continuarão enfrentando dificuldades para resolver problemas estruturais, como imigração, segurança, mudança climática, desenvolvimento econômico, pobreza e desigualdade.

Neste cenário complexo, as principais tendências com implicações práticas para o

trabalho dos assuntos públicos na região até 2023 incluem:

Evolução da licença social para operar

A região continua demonstrando fragilidades institucionais e insegurança jurídica e pública. Portanto, o trabalho de assuntos públicos continuará vinculado ao fortalecimento da licença social das empresas para operar e crescer por meio de iniciativas de comunicação comunitária sobre os benefícios compartilhados de diferentes tipos de investimentos -- iniciativas que, embora permaneçam relevantes, evoluem para grandes questões de política pública: salários, direitos trabalhistas, concorrência, qualidade de produtos e proteção ambiental. Isso implica que o diálogo com as partes interessadas deve estar vinculado ao propósito

e aos valores corporativos e aos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG), aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos princípios de investimento socialmente responsável.

Compreender o novo consenso e criar uma narrativa transparente exigirá mais criatividade, inovação e multidisciplinaridade.

Choque na cultura corporativa e política

Na região, antigas empresas familiares coexistem com empresas multinacionais. As primeiras enfrentam um panorama de mudança, em que as forças políticas tradicionais com as quais construíram relações estão desaparecendo, enquanto as segundas contribuem com práticas e formas nem sempre

aceitas na cultura política e empresarial da região. Esses desafios implicam adaptar a estratégia de relacionamento da empresa à realidade econômica, social e cultural de cada país, reconhecendo as particularidades e adaptando-a a cada contexto.

Regulamentação adicional

Graves problemas socioeconômicos e ineficiências administrativas pressionam os governos a adotar "soluções" urgentes de políticas públicas e regulamentares que quase nunca têm uma avaliação regulamentar, institucional e de custo-benefício adequada, o que gera falsas expectativas entre a população.

A incerteza sobre determinadas mudanças sociais e tecnológicas criam incentivos político-eleitorais para gerar regulamentações em áreas como economia colaborativa, criptomoedas, metaverso, segurança cibernética, entre outros. Em todos os casos, o desafio será criar espaços para influenciar e cocriar iniciativas apoiadas pela ciência, tecnologia, dados e experiência.

Polarização

A América Central é menos polarizada do que outras regiões, mas ainda participa deste fenômeno. As ações das equipes de assuntos públicos devem se concentrar em questões sobre as quais a empresa tem controle, evitando controvérsias

desnecessárias que contaminam as discussões e podem afetar a reputação corporativa junto aos consumidores, fornecedores ou autoridades em relação a uma ou outra tendência.

Problemas altamente complexos

Para controlar a influência na agenda pública em sociedades fragmentadas, com agendas políticas complexas e grandes desafios socioeconômicos, será necessário oferecer mais análise, antecipação, transversalidade e inovação à tomada de decisões, ao acrescentar à execução mais tradicional dos assuntos públicos o conhecimento em diversas áreas, como comunicação, dados, economia, marketing, capacidade metodológica e de avaliação e *deep digital learning*.

O principal desafio na América Central frente às incertezas de 2023 é promover o desenvolvimento de relações de valor entre empresas e organizações com suas partes interessadas, o que aprimora a reputação corporativa, aumenta a capacidade de influência e o espaço de negociação, beneficiando a sociedade em um ambiente regional dinâmico, interconectado e polarizador.

Estamos prontos.

PABLO DUNCAN
Sócio-Diretor, CLC
Comunicação e Assuntos
Públicos

“O principal desafio na América Central frente às incertezas de 2023 é promover o desenvolvimento de relações de valor entre empresas e organizações com suas partes interessadas, o que aprimora a reputação corporativa, aumenta a capacidade de influência e o espaço de negociação”



OS EUA RUMO À PRÉ-CAMPANHA PRESIDENCIAL 2024

2023 será um ano marcado pela campanha presidencial de 2024, tensão crescente com Pequim, com suas implicações políticas e comerciais, e um Congresso dividido que procurará contrastar com a administração Biden a cada vez.

2024 pré-campanha presidencial

2023 é um ano político, mas sem uma eleição presidencial. Nos Estados Unidos, amplamente conhecidos por seus períodos de campanha presidencial cada vez mais longos, 2023 deve ser

interpretado através das lentes das eleições presidenciais de 2024. Muitos dos atores políticos já estão se aquecendo para as campanhas. O governo federal, o Congresso, as empresas, os governos estrangeiros, multinacionais e multilaterais sabem como a dinâmica das relações e da comunicação muda quando Washington D.C. entra no modo eleitoral.

2023 será definido pelo início da campanha presidencial americana. Já vimos o anúncio oficial de múltiplas candidaturas do Partido Republicano, incluindo o ex-presidente Trump, que oficializou sua candidatura muito antes do que o normal. O anúncio oficial da ex-governadora da Carolina do Sul Nikki Haley é esperado em fevereiro deste ano, com o anúncio da Governadora De Santis no final deste ano. Embora existam múltiplos candidatos do

lado republicano, espera-se uma polarização entre Trump e um forte competidor como DeSantis. Até agora, as pesquisas da *Morning Consult* têm mantido a polarização entre estes dois candidatos estável nos últimos doze meses.

Do lado democrata, espera-se também um anúncio oficial do Presidente Biden nos próximos meses. Vemos um possível concorrente concorrendo no flanco esquerdo, como uma candidatura simbólica, mas, exceto por questões de saúde, há uma grande probabilidade de que o Presidente Biden seja o candidato democrata.

A política internacional dominada pela China

As tensões entre os EUA e a China continuarão a crescer e terão conseqüências imediatas na frente comercial.

Já continuamos a ver legislação e ações executivas limitando os investimentos dos cidadãos americanos na China, criando incentivos para migrar a cadeia de abastecimento para outras regiões e criando sanções com certas entidades na China. Não vemos uma inversão desta tendência no curto prazo, sendo a variável mais importante se cada lado procura escalar o crescente conflito político-comercial. Uma notícia que passou despercebida foram as [restrições ao setor de tecnologia](#) da China para procurar minar o progresso em uma área estratégica de sua economia. Esperamos mais medidas desta natureza.

O Congresso Dividido apresenta uma oportunidade

A era da grande legislação bipartidária terminou. É improvável que em 2023 e 2024 vejamos projetos de lei tão significativos como a Lei de Infraestrutura e Redução da Inflação. Realizações legislativas que contaram com votos importantes do lado republicano. Espera-se que haja um grande confronto entre o executivo e o legislativo sobre a questão dos gastos públicos e do déficit fiscal. No entanto, este confronto, se o registro histórico for algo a ser feito, pode ser muito arriscado se a percepção pública for de que isso coloca em risco uma

economia já vulnerável. Cabe a cada lado na Administração e no Congresso levar seus argumentos à esfera pública e deixar claro quem é o responsável. Acreditamos que será alcançado um acordo para não congelar o governo federal e colocar em risco a estabilidade econômica.

**FRANCISCO JAVIER
MÁRQUEZ LARA**
Diretor da LLYC
Washington D.C.

“2023 nos EUA será um ano marcado pela campanha presidencial de 2024, tensão crescente com Pequim, com suas implicações políticas e comerciais, e um Congresso dividido que procurará contrastar com a administração Biden a cada vez”

AUTORES**Joan Navarro**

Sócio e Vice Presidente de Assuntos Públicos na LLYC

jnavarro@llorenteycuenca.com

**Francisco Aylwin**

Presidente da LLYC Chile e Presidente do Conselho Consultivo no Chile

faylwin@llorenteycuenca.com

**Francisco Javier Márquez Lara**

Diretor da LLYC Washington D.C.

fmarquez@llorenteycuenca.com

**Carmen Muñoz**

PhD e Diretora Sênior de Assuntos Públicos na LLYC Madrid

cmuñoz@llorenteycuenca.com

**Paloma Baena Olabe**

Diretora Sênior de Assuntos Europeus e Próxima Geração da UE na LLYC Madrid

pbaena@llorenteycuenca.com

**Margorieth Elisa Tejeira Martínez**

Gerente Sênior de Risco e Crise da LLYC Panamá

mtejeira@llorenteycuenca.com

**Susana Camarero**

Diretora Sênior de Contexto Político Europeu da LLYC Madrid

susana.camarero@llorenteycuenca.com

**José Gregorio Cabrera**

Diretor Sênior de Assuntos Públicos da LLYC República Dominicana

pbaena@llorenteycuenca.com

**Jordi Sevilla**

Ex-Ministro da Administração Pública, LLYC Conselheiro Sênior para o Contexto Económico

jsevilla@advisors.llorenteycuenca.com

AUTORES**Marilyn Márquez**Diretora de Assuntos Públicos
da LLYC Méxicommarquez@llorenteycuenca.com**María Eça**Diretora de Assuntos Públicos
e Crise da LLYC Portugalmeca@llorenteycuenca.com**Darwin Pardavé**Diretor de Assuntos Públicos
da LLYC Perudarwin.pardave@llorenteycuenca.com**Juan Ignacio Di Meglio**Diretor de Assuntos Públicos
da LLYC Argentinajdimeglio@llorenteycuenca.com**Luz Ángela Sánchez**Diretora Sênior de Assuntos Públicos
da LLYC Colômbialsanchezc@llorenteycuenca.com**Juan Sebastián Salcedo
Calderón**Diretor de Assuntos Públicos
da LLYC Equadorjuan.salcedo@llorenteycuenca.com**Pablo Duncan**Sócio-Diretor, CLC Comunicação e
Assuntos Públicospduncan@clcglobal.cr**Felipe Mendonça Peleteiro**Gerente de Assuntos Públicos
da LLYC Brasilfelipe.peleteiro@llorenteycuenca.com

Direção Corporativa

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jallorente@llorenteycuenca.com

Alejandro Romero
Sócio e CEO Américas
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e Chief Operating Officer Global
lgarcia@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Sócio e Chief Talent y Technology
Officer Global
tvidal@llorenteycuenca.com

Marta Guisasola
Sócia e Chief Financial Officer
mguisasola@llorenteycuenca.com

Albert Medrán
Diretor Corporativo
amedran@llorenteycuenca.com

Juan Pablo Ocaña
Diretor Sênior de Legal & Compliance
jpocana@llorenteycuenca.com

José Manuel Casillas
Diretor Sênior de TI Global
jmcasillas@llorenteycuenca.com

Europa

Luis Miguel Peña
Sócio e CEO Europa
lmpena@llorenteycuenca.com

Arturo Pinedo
Sócio e Chief Client Officer Europa
apinedo@llorenteycuenca.com

Rafa Antón
Chief Creative Officer Europa
Cofundador e Diretor Geral de
Criação da CHINA parte da LLYC
CHINA
parte de LLYC
rafa.antoni@chinapartedellyc.com

Madrid

Jorge López Zafrá
Sócio e Diretor Geral Madrid
jlopez@llorenteycuenca.com

Joan Navarro
Sócio e Vice-Presidente
de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior Esporte
e Estratégia de Negócio
amoratalla@llorenteycuenca.com

Iván Pino
Sócio e Diretor Sênior de Crise e
Riscos
ipino@llorenteycuenca.com

Marta Aguirrezabal
Sócia e Diretora Executiva
CHINA
parte de LLYC
marta.aguirrezabal@chinapartedellyc.com

Pedro Calderón
Sócio Fundador e Diretor Executivo
CHINA
parte de LLYC
pedro.calderon@chinapartedellyc.com

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Oscar Iniesta
Sócio e Diretor Geral
oiniesta@llorenteycuenca.com

Gina Rosell
Sócia e Diretora Sênior de Health
grosell@llorenteycuenca.com

Lisboa

Marlene Gaspar
Diretora Geral
mgaspar@llorenteycuenca.com

Américas

Juan Carlos Gozzer
Sócio e CEO Américas
jcozzer@llorenteycuenca.com

Javier Rosado
Sócio e Chief Client Officer da
Américas
jrosado@llorenteycuenca.com

Javier Marín
Diretor Sênior Healthcare Américas
jmarin@llorenteycuenca.com

José Beker
Chief Creative Officer Américas
Cofundador e CEO da BESO pela LLYC
BESO
by LLYC
jose.beker@beso.agency

Antonieta Mendoza de López
Vice-presidenta da Advocacy LatAm
amendoza@llorenteycuenca.com

Estados Unidos

Juan Felipe Muñoz
CEO U.S.
frmuoz@llorenteycuenca.com

Darío Álvarez
Diretor Executivo da LLYC Miami
dalvarez@llorenteycuenca.com

Região Norte

David González Natal
Sócio e Diretor Geral Região Norte
dgonzalezn@llorenteycuenca.com

Mauricio Carrandi
Diretor Geral LLYC Mexico
mcarrandi@llorenteycuenca.com

Manuel Domínguez
Diretor Geral LLYC Panamá
mdominguez@llorenteycuenca.com

Iban Campo
Diretor Geral LLYC República
Dominicana
icampo@llorenteycuenca.com

Região Andina

María Esteve
Sócia e Diretora Geral Região Andina
mesteve@llorenteycuenca.com

Marcela Arango
Diretora Geral LLYC Colômbia
marango@llorenteycuenca.com

Gonzalo Carranza
Sócio e Diretor Geral LLYC Peru
gcarranza@llorenteycuenca.com

Carlos Llanos
Sócio e Diretor Geral LLYC Ecuador
cllanos@llorenteycuenca.com

Região Sul

Juan Carlos Gozzer
Sócio e Diretor Regional
jcozzer@llorenteycuenca.com

Maria Eugenia Vargas
Diretora Geral LLYC Argentina
mevargas@llorenteycuenca.com

Thyago Mathias
Diretor Geral LLYC Brasil
tmathias@llorenteycuenca.com

Deep Digital Business

Adolfo Corujo
Sócio e Deep Digital Business CEO
acorujo@llorenteycuenca.com

Jesús Moradillo
Diretor Geral da Deep Digital
Business Europa
CEO e fundador da Apache Digital
APACHE
parte de LLYC
jesus.moradillo@llorenteycuenca.com

Federico Isuani
Diretor Geral Deep Digital Business
Região Norte e USA
Cofundador e CEO da BESO by LLYC
BESO
by LLYC
federico.isuani@beso.agency

Daniel Fernández Trejo
Diretor Sênior Deep Digital Business
e CTO Global
dfernandez@llorenteycuenca.com

Anahí Raimondi
Diretora de Operações da
Deep Digital Business
araimondi@llorenteycuenca.com

David Martín
Diretor Geral da Deep Digital
Business Região Andina
david.martin@llorenteycuenca.com

Diego Olavarría
Diretor Sênior da área de Deep
Digital Business
dolavarría@llorenteycuenca.com

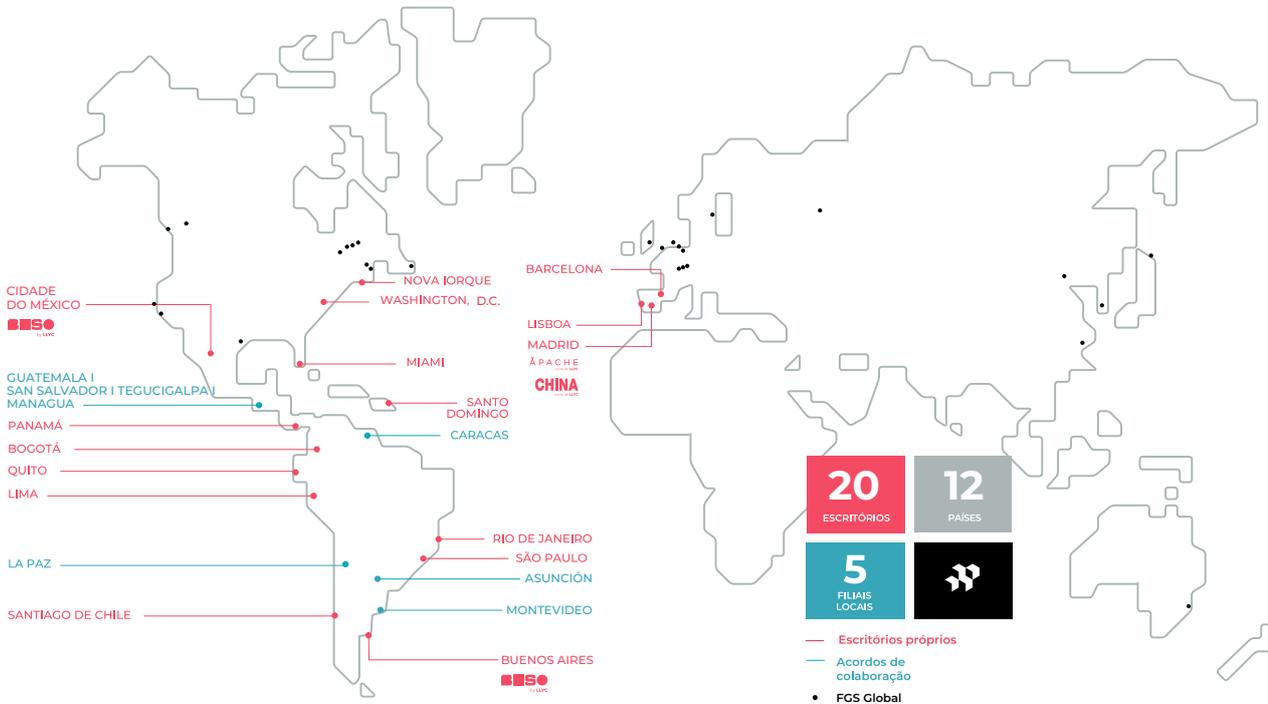
Luis Manuel Núñez
Diretor Sênior Global de Tecnologia
e Estratégia Digital
luisma.nunez@llorenteycuenca.com

Carmen Gardier
Diretora Sênior da área Digital
Américas
cgardier@llorenteycuenca.com

Alejandro Dominguez
Diretor Sênior Digital Europa
adominguez@llorenteycuenca.com

Fernanda Hill
Diretor Geral da BESO pela LLYC
BESO
by LLYC
fernanda.hill@beso.agency

Escritórios



LLYC

Madrid

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid, España
Tel. +34 91 563 77 22

Barcelona

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona, España
Tel. +34 93 217 22 17

Lisboa

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa, Portugal
Tel. + 351 21 923 97 00

Miami

600 Brickell Avenue, Suite 2125
Miami, FL 33131
United States
Tel. +1 786 590 1000

Nova Iorque

3 Columbus Circle, 9th Floor
New York, NY 10019
United States
Tel. +1 646 805 2000

Washington D.C.

1025 F st NW 9th Floor
Washington D.C. 20004
United States
Tel. +1 202 295 0178

Cidade do México

Av. Paseo de la Reforma 412
Piso 14. Colonia Juárez
Alcaldía Cuauhtémoc
CP 06600, Ciudad de México
Tel. +52 55 5257 1084

Panamá

Sortis Business Tower
Piso 9, Calle 57
Obarrio - Panamá
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Suite 702, República Dominicana
Tel. +1 809 6161975

San José

Del Banco General 350 metros oeste
Trejós Montealegre, Escazú
San José, Costa Rica
Tel. +506 228 93240

Bogotá

Av. Calle 82 # 9-65 Piso 4
Bogotá D.C. - Colombia
Tel. +57 1 7438000

Lima

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro, Perú
Tel. +51 1 2229491

Quito

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero - Edificio World Trade
Center - Torre B - piso 11
Ecuador
Tel. +593 2 2565820

São Paulo

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111
Cerqueira César SP - 01426-001
Brasil
Tel. +55 11 3060 3390

Rio de Janeiro

Rua Almirante Barroso, 81
34º andar, CEP 20031-916
Rio de Janeiro, Brasil
Tel. +55 21 3797 6400

Buenos Aires

Av. Corrientes 222, piso 8
C1043AAP, Argentina
Tel. +54 11 5556 0700

Santiago do Chile

Avda. Pdte. Kennedy 4.700,
Piso 5, Vitacura
Santiago
Tel. +56 22 207 32 00
Tel. +562 2 245 0924

À PACHE

parte de LLYC

Arturo Soria 97A, Planta 1
28027, Madrid, España
Tel. +34 911 37 57 92

CHINA

parte de LLYC

Velázquez, 94
28006, Madrid, España
Tel. +34 913 506 508

BESO

by LLYC

El Salvador 5635, Buenos Aires
CP. 1414 BQE, Argentina

Av. Santa Fe 505, Piso 15,
Lomas de Santa Fe,
CDMX 01219, México
Tel. +52 55 4000 8100



LLYC IDEAS

EXPLORAR. INSPIRAR.

IDEAS é o Departamento de Liderança através do Conhecimento da LLYC.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

LLYC IDEAS é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Porque a realidade não é preta ou branca existe IDEAS na LLYC.

ideas.llorentycuenca.com
www.revista-uno.com
Podcast Diálogos LLYC